Plano de Transição para o Socialismo Democrático Brasileiro

Subtítulo: desenvolvimento, soberania, bem-estar social e democracia econômica em 20 anos.

Versão: maio de 2026.

Natureza do documento: plano programático, constitucional e gradual. As estimativas são faixas de ordem de grandeza, não promessas contábeis fechadas. A implementação exige leis ordinárias, leis complementares, PECs, pactos federativos, consultas populares e revisão anual de metas.

1. Parte 1: Fundamentos e Diagnóstico

1.1 Resumo executivo

Este plano propõe uma transição brasileira para o socialismo democrático em 15 a 20 anos. A palavra decisiva é democrático: todas as mudanças passam por eleições, leis, controle social, tribunais, orçamento público transparente e, quando a matéria mudar regras constitucionais centrais, por plebiscito vinculante. A palavra igualmente decisiva é brasileiro: o plano não copia um modelo estrangeiro inteiro, mas adapta instrumentos que funcionaram em países de capitalismo avançado e democracias estáveis.

O objetivo é criar uma economia de mercado com direção pública estratégica. O Estado controla, regula ou coordena setores que definem soberania, infraestrutura e direitos sociais: energia, petróleo, água, minérios estratégicos, crédito de desenvolvimento, saúde, educação, ciência, infraestrutura logística e política industrial. O mercado continua operando em comércio, serviços, pequenas empresas, indústria não estratégica, tecnologia, cultura, alimentação, construção civil, turismo, economia criativa e atividades rurais produtivas. O direito de empreender é preservado. O que muda é a hierarquia: o mercado deixa de ser o centro da vida nacional e passa a ser um instrumento dentro de um projeto público.

A transição tem quatro fases. Na Fase 1, anos 1 a 5, o Estado reorganiza as finanças: reforma tributária progressiva, combate à evasão, revisão de subsídios regressivos, fortalecimento de Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Petrobras, Correios e empresas públicas remanescentes, expansão de saúde, educação, moradia e renda. Na Fase 2, anos 6 a 10, começam a reforma agrária em larga escala, a reestatização seletiva por meios contratuais, a reforma política e a democracia participativa federal. Na Fase 3, anos 11 a 15, entram a reforma do Judiciário, o mandato dual do Banco Central, a consolidação da renda básica e a reforma das Forças Armadas e da segurança pública. Na Fase 4, anos 16 a 20, há revisão constitucional artigo por artigo, não para romper a ordem democrática, mas para consolidar em plebiscitos aquilo que a sociedade já testou, avaliou e aprovou.

O plano parte de uma premissa simples: o Brasil é rico o suficiente para ser justo, mas seu Estado arrecada mal, gasta de forma regressiva em vários pontos e tolera uma concentração patrimonial incompatível com democracia profunda. A carga tributária brasileira não é baixa para padrões latino-americanos, mas é mal distribuída: pesa demais sobre consumo e folha, e pouco sobre renda do capital, herança, grandes fortunas, propriedade improdutiva, lucros e ganhos financeiros. Ao mesmo tempo, o país convive com evasão fiscal elevada, renúncias tributárias pouco avaliadas e juros reais que drenam recursos para rentistas.

O coração fiscal do plano é uma reforma progressiva com maturação gradual. Em regime, as medidas tributárias e de recuperação de receitas podem produzir entre R$ 495 bilhões e R$ 815 bilhões por ano, conforme desenho legal, comportamento econômico, eficiência administrativa e ritmo de implementação. Essa faixa não deve ser tratada como dinheiro livre no primeiro ano. A arrecadação entra em degraus: cerca de 25% a 35% da capacidade total na primeira fase, 55% a

70% na segunda, e maturidade plena após 10 a 12 anos. O gasto social também sobe em degraus, com metas verificáveis e gatilhos de revisão.

A base constitucional existe. A Constituição de 1988 define como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e promover o bem de todos. A ordem econômica, no artigo 170, deve observar soberania nacional, função social da propriedade, defesa do consumidor, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido às pequenas empresas. O artigo 174 permite o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, com funções de fiscalização, incentivo e planejamento. A saúde é direito de todos e dever do Estado. A educação é direito social. A propriedade rural deve cumprir função social. Portanto, este plano não começa contra a Constituição; ele começa levando a Constituição a sério.

1.2 O que é e o que não é este socialismo

Este plano usa a expressão socialismo democrático para designar uma democracia econômica com mercado regulado, direitos universais e propriedade pública estratégica. Ele não equivale a partido único, economia de comando integral, fechamento comercial ou censura. A transição só é legítima se preservar pluralismo, alternância de poder, liberdade de imprensa, devido processo legal, liberdade religiosa, autonomia universitária, sindicatos independentes, direito de greve e propriedade privada não estratégica.

Cinco negativas essenciais:

- Não é estatização total. Pequenas e médias empresas, comércio, serviços, agricultura produtiva, indústria comum e inovação privada continuam existindo. O Estado só assume controle direto onde há monopólio natural, soberania, infraestrutura crítica ou direitos sociais.
- Não é confisco generalizado. A desapropriação só ocorre nos casos previstos em lei: interesse social com indenização, retomada de bens públicos grilados, caducidade contratual, encampação indenizada ou expropriação constitucional por crimes graves como trabalho escravo.
- Não é isolamento internacional. O Brasil continua comerciando, recebendo investimento produtivo, participando de cadeias globais e honrando contratos. O que muda é a negociação: investimento estrangeiro é bem-vindo quando transfere tecnologia, gera emprego e respeita metas sociais e ambientais.
- Não é governo contra empresas. Empresas nacionais produtivas são parceiras do desenvolvimento. O confronto é com rentismo improdutivo, monopólios abusivos, evasão fiscal, grilagem, precarização ilegal e captura do Estado.
- Não é revolução por ruptura. A transição é constitucional, gradual e plebiscitária. Cada etapa tem lei, orçamento, meta, auditoria e avaliação pública.

Cinco propostas positivas:

- Estado forte onde importa. Energia, água, petróleo, minérios estratégicos, crédito de longo prazo, infraestrutura e direitos sociais ficam sob controle público, estatal ou misto com comando público.
- Mercado regulado e empreendedorismo protegido. Pequenos negócios têm crédito barato, simplificação tributária, compras públicas e proteção contra monopólios.
- Bem-estar universal. Saúde, educação, moradia, transporte básico, segurança alimentar, previdência e renda mínima são tratados como infraestrutura de produtividade nacional, não como caridade.

- Democracia participativa. Orçamento participativo federal, plebiscitos vinculantes, transparência radical de estatais e canais permanentes de controle social reduzem a distância entre Estado e população.
- Planejamento verde e industrialização. O Brasil usa energia limpa, biodiversidade, agricultura tropical, ciência pública e mercado interno para construir campeãs nacionais em semicondutores de aplicação industrial, bioeconomia, fármacos, equipamentos médicos, ônibus elétricos, fertilizantes verdes, defesa cibernética e tecnologia agrícola.

1.3 Diagnóstico da desigualdade brasileira

O Brasil é uma das maiores economias do mundo, mas combina produtividade média baixa, patrimônio extremamente concentrado, serviços públicos insuficientes e fragilidade política permanente. A desigualdade de renda melhorou em momentos de expansão do emprego formal e políticas de transferência, mas a desigualdade de riqueza continuou muito alta. Estimativas internacionais variam por metodologia. Bases comparativas como a World Inequality Database indicam concentração patrimonial extrema no topo; estudos de organizações como Oxfam e relatórios de riqueza privada apontam que o 1% mais rico controla algo próximo de metade da riqueza líquida, dependendo da definição de ativos e do ano. Para este plano, a formulação operacional é: o topo de 1% detém cerca de 40% a 50% da riqueza nacional, e essa concentração bloqueia mobilidade social, limita a democracia e reduz a base tributária real.

A evasão fiscal também é estrutural. Estimativas de entidades de auditores fiscais, estudos acadêmicos e projeções sobre litígios, planejamento tributário abusivo e informalidade colocam a perda anual em uma faixa ampla de R$ 500 bilhões a R$ 900 bilhões, se forem somados sonegação, elisão abusiva, inadimplência recorrente e brechas legais. A recuperação prudente considerada neste plano é menor: R$ 120 bilhões a R$ 200 bilhões por ano em regime, para evitar a fantasia de que todo valor estimado é recuperável. O plano não financia direitos com números máximos; financia com metas graduais e cobrança verificável.

Há ainda a questão dos gastos tributários. Benefícios fiscais podem ser instrumentos legítimos de política industrial, regional e social, mas no Brasil muitos são pouco avaliados, regressivos ou capturados por grupos organizados. A revisão de renúncias não significa acabar com Simples Nacional, Zona Franca, desonerações sociais ou incentivos que provem retorno. Significa instituir a regra de que todo benefício fiscal deve ter prazo, meta, avaliação pública e contrapartida. O benefício que não gera emprego, inovação, desenvolvimento regional, redução de preço ou inclusão social perde prioridade.

O diagnóstico central é que o Brasil sofre menos de falta absoluta de recursos e mais de desorganização distributiva do poder econômico. O Estado brasileiro paga caro para se financiar, tributa pouco os muito ricos, tributa muito o consumo, perde receita para evasão e renúncias, investe pouco e aceita que setores estratégicos sejam governados por lógica de curto prazo. O resultado é uma economia em que a maioria trabalha muito, consome caro, recebe serviço público desigual e não participa das decisões produtivas.

1.4 O espaço fiscal para financiar a transição

O espaço fiscal do plano vem de seis fontes combinadas. A primeira é a tributação progressiva sobre grandes fortunas, dividendos, heranças elevadas, lucros extraordinários de setores extrativos e transações financeiras especulativas. A segunda é o combate à evasão, com Receita Federal fortalecida, cruzamento de dados, inteligência artificial auditável, cooperação internacional e redução de litígios abusivos. A terceira é a revisão de gastos tributários regressivos, preservando incentivos sociais e produtivos. A quarta é a redução gradual do custo da dívida, por meio de inflação controlada, crescimento, menor prêmio de risco e mandato dual do Banco Central. A quinta é a capitalização de fundos públicos, sobretudo um fundo soberano de recursos naturais e transição energética. A sexta é a troca de gasto ruim por investimento público, com governança e metas.

O plano não parte da ideia de gastar tudo imediatamente. A regra é expansão por degraus:

Período	Receita progressiva adicional madura no período	Despesa social e investimento adicional	Regra de prudência
Anos 1-5	R$ 180-280 bilhões por ano ao fim da fase	R$ 160-250 bilhões por ano ao fim da fase	Não prometer renda universal plena; priorizar saúde básica, creche, moradia, Bolsa Família ampliado e investimento público
Anos 6-10	R$ 330-520 bilhões por ano ao fim da fase	R$ 320-500 bilhões por ano ao fim da fase	Ampliar reforma agrária, educação integral, reestatizações contratuais e fundo soberano
Anos 11-15	R$ 450-700 bilhões por ano ao fim da fase	R$ 470-680 bilhões por ano ao fim da fase	Consolidar renda de cidadania, revisão previdenciária e mandato dual do Banco Central
Anos 16-20	R$ 495-815 bilhões por ano em regime	R$ 520-780 bilhões por ano em regime	Revisar metas por plebiscitos, produtividade e sustentabilidade fiscal

O arcabouço fiscal deve ser substituído por uma regra fiscal de desenvolvimento: teto para gasto corrente improdutivo, piso plurianual para investimento social e infraestrutura, meta de dívida líquida de médio prazo e cláusula anticíclica. O país não deve adotar nem austeridade permanente nem irresponsabilidade fiscal. Deve adotar orçamento público com três perguntas anuais: a despesa reduz desigualdade? aumenta produtividade? fortalece soberania? Quando a resposta é não, a despesa é revista.

1.5 Medidas fundacionais da Parte 1

1. M1: Lei de Responsabilidade Social e Produtiva. Cria metas anuais de redução de pobreza, desigualdade, informalidade, déficit habitacional, espera no SUS, evasão escolar e desmatamento, vinculadas ao orçamento.
2. M2: Conselho Nacional de Transição Democrática. Reúne governo, estados, municípios, sindicatos, empresários produtivos, universidades, movimentos sociais, cooperativas, pequenos negócios, povos indígenas e representantes de usuários de serviços públicos.
3. M3: Relatório anual de riqueza e evasão fiscal. Receita Federal, IBGE, Banco Central e Ipea publicam estimativas integradas de patrimônio, renda do capital, renúncias fiscais, litígios e recuperação de créditos.
4. M4: Matriz público-mista-privada. Toda política setorial passa a classificar atividades como estratégicas, essenciais reguladas ou privadas concorrenciais, com regras distintas para cada grupo.
5. M5: Plebiscito de autorização programática. No primeiro ciclo nacional, a população vota um pacote de princípios: direitos universais, fundo soberano, tributação progressiva, controle público de recursos naturais e democracia participativa.

2. Parte 2: Modelos de Referência: o que vamos copiar

2.1 Critério de cópia: copiar mecanismos, não mitos nacionais

Os países de referência não são socialistas integrais. Noruega, Alemanha, Coreia do Sul, Suécia, Canadá e Suíça são economias de mercado com instituições fortes. A lição é justamente essa: é possível disciplinar o capital, ampliar direitos, planejar setores estratégicos e preservar democracia liberal e competição econômica. O Brasil deve copiar mecanismos institucionais, não identidades nacionais. Da Noruega, o fundo soberano; da Alemanha, a cogestão; da Coreia do Sul, planejamento estatal e crédito orientado; da Suécia, bem-estar universal e progressividade; do Canadá, saúde pública universal; da Suíça, consultas populares vinculantes.

Modelo	O que copiar	Como adaptar ao Brasil	O que não copiar
Noruega	Fundo soberano com receitas de petróleo e regras de investimento de longo prazo	Fundo brasileiro de recursos naturais, energia e clima, financiado por royalties, participações especiais e dividendos de estatais	Dependência de petróleo ou gestão tecnocrática sem controle social
Alemanha	Cogestão de trabalhadores nos conselhos de grandes empresas	Assentos de trabalhadores em conselhos de estatais, empresas concessionárias e empresas com mais de 500 empregados	Burocracia corporativa fechada ou acordos sem transparência
Coreia do Sul	Planejamento estatal, crédito direcionado e metas de exportação e tecnologia	Política industrial verde com BNDES, Finep, Embrapii, compras públicas e conteúdo tecnológico nacional	Autoritarismo histórico, jornadas abusivas e captura por conglomerados
Suécia	Tributação progressiva, serviços universais, negociação coletiva e confiança institucional	SUS forte, escola integral, creche universal, renda mínima e pactos salariais setoriais	Homogeneidade social inexistente no Brasil ou impostos sem retorno visível
Canadá	Saúde universal financiada publicamente	SUS com atenção básica, hospitais regionais, carreira nacional e produção pública de insumos	Fragmentação provincial sem coordenação nacional suficiente
Suíça	Plebiscitos, referendos e iniciativas populares	Plebiscitos vinculantes para leis de alto impacto e orçamento participativo federal	Veto popular usado para bloquear direitos fundamentais

2.2 Noruega: fundo soberano e recursos naturais como patrimônio comum

A Noruega transformou receitas de petróleo em poupança pública intergeracional. O ponto central não é apenas ter petróleo. O ponto central é impedir que a renda do recurso natural vire consumo de curto prazo, corrupção, captura privada ou volatilidade fiscal. Um fundo soberano bem desenhado separa receitas extraordinárias de despesas correntes e cria uma âncora nacional: os recursos pertencem ao povo, inclusive às gerações futuras.

O Brasil já tem petróleo, minérios, biodiversidade, potencial eólico, solar, hídrico, florestal e agrícola. O plano propõe criar o Fundo Soberano Brasileiro de Recursos Naturais e Transição Ecológica. Ele receberia uma parcela crescente de royalties de petróleo, mineração e energia, dividendos de estatais estratégicas, receitas de concessões, bônus de assinatura, multas ambientais e participações em projetos de transição verde. O fundo teria quatro contas: poupança intergeracional, estabilização cambial e fiscal, inovação industrial verde e dividendos sociais.

A regra norueguesa adaptada deve ser conservadora: o fundo não financia gasto corrente permanente antes de atingir massa patrimonial suficiente. Nos primeiros dez anos, ele financia principalmente investimento, ciência, recomposição ambiental e participação pública em cadeias estratégicas. Depois, pode financiar parte de uma renda cidadã, desde que o saque anual não destrua o principal. A governança deve ser blindada: conselho profissional, auditoria pública, proibição de uso eleitoral, relatório trimestral, carteira diversificada e critérios ambientais e trabalhistas.

2.3 Alemanha: cogestão e democracia dentro da empresa

A Alemanha mostra que democracia econômica não precisa significar fim da empresa privada. Em grandes empresas, trabalhadores participam de conselhos de supervisão e têm canais institucionais para influenciar decisões. Isso reduz conflito destrutivo, melhora circulação de informação, torna demissões coletivas mais negociadas e cria compromisso de longo prazo. O Brasil deve adaptar a cogestão a sua estrutura produtiva, começando por setores regulados, estatais, concessionárias e empresas que recebam crédito público relevante.

A proposta é criar uma Lei Brasileira de Cogestão e Participação Laboral. Empresas com mais de 500 empregados teriam conselhos de trabalhadores com acesso a informações econômicas, programas de formação e direito de consulta em reorganizações produtivas. Empresas com mais de 2.000 empregados, concessionárias de serviço público, empresas beneficiárias de financiamento público superior a determinado limite e companhias estratégicas teriam assentos de trabalhadores no conselho de administração ou em conselho supervisor. A participação não substitui sindicato, acordo coletivo ou direito de greve; ela soma uma camada institucional.

Esse modelo ajuda a combater duas fraquezas brasileiras: decisões empresariais de curto prazo e relações de trabalho baseadas em medo. Uma economia que quer aumentar produtividade precisa tratar trabalhador como sujeito de conhecimento, não como custo descartável. A cogestão não impede lucro; ela obriga o lucro a dialogar com investimento, segurança, qualificação e território.

2.4 Coreia do Sul: planejamento estatal com empresas nacionais

A Coreia do Sul saiu de país pobre para potência industrial com planejamento, bancos públicos, metas de exportação, proteção seletiva, disciplina sobre grupos empresariais e investimento pesado em educação e tecnologia. O Brasil não deve copiar o autoritarismo nem a concentração excessiva em conglomerados familiares. Deve copiar a ideia de Estado estrategista: crédito barato vinculado a desempenho, metas tecnológicas, compras públicas, proteção temporária com contrapartida e punição para empresa que recebe incentivo e não entrega.

O plano propõe uma política de campeãs nacionais condicionadas, não campeãs privilegiadas. Empresas brasileiras podem receber financiamento do BNDES, garantia pública, preferência em compras governamentais e apoio diplomático se cumprirem metas de produtividade, conteúdo tecnológico local, exportação, emprego formal, redução de emissões, participação de trabalhadores e reinvestimento de lucros. O apoio não é cheque em branco. Se a empresa descumprir metas, perde benefício, paga multa e pode ter participação pública convertida em ações.

Os setores prioritários são: equipamentos para energia renovável, baterias e armazenamento, fertilizantes verdes, semicondutores de uso industrial e agrícola, software público e cibersegurança, fármacos e insumos farmacêuticos ativos, máquinas agrícolas de baixo carbono, trens, ônibus elétricos, saneamento, defesa de fronteiras, satélites, inteligência artificial aplicada a serviços públicos e bioeconomia amazônica com repartição de benefícios.

2.5 Suécia: progressividade tributária e universalismo

A Suécia demonstra que serviços universais criam coesão social quando a população percebe retorno concreto dos impostos. O erro brasileiro seria elevar carga tributária sem entregar serviço. A regra política da transição deve ser: cada novo tributo progressivo precisa ter uma entrega visível associada. Imposto sobre grandes fortunas financia creche, UBS, moradia e renda de cidadania. Tributação de dividendos financia saúde e educação integral. Herança progressiva financia igualdade de oportunidades. Royalties financiam fundo soberano e transição verde.

Universalismo não significa ignorar desigualdade. Significa criar serviços para todos e financiar mais onde a necessidade é maior. A escola pública deve ser boa também para a classe média, porque isso cria coalizão de defesa do serviço. O SUS deve ser capaz de atender bem do bairro pobre à cidade média, porque isso reduz a fuga política para soluções privadas caras. O transporte público

deve ser tratado como direito urbano e política climática. O Estado de bem-estar precisa ser tão cotidiano que a população o defenda por experiência própria.

2.6 Canadá: saúde pública universal

O Canadá inspira por tratar acesso médico essencial como direito público, não como mercadoria pura. O Brasil já tem algo mais abrangente em desenho constitucional: o SUS. O problema é financiamento, gestão, carreira, integração federativa e dependência privada em pontos críticos. O plano não precisa inventar outro sistema; precisa financiar e administrar melhor o SUS existente.

A adaptação brasileira inclui: aumentar o financiamento federal, criar carreira nacional interfederativa para atenção básica e regiões de vazio assistencial, retomar produção pública de medicamentos e vacinas, regionalizar hospitais, integrar prontuário eletrônico público, reduzir filas com mutirões permanentes e substituir contratos precários por gestão pública profissionalizada. O setor privado suplementar pode continuar existindo, mas não deve drenar profissionais, recursos e prioridades do sistema universal.

2.7 Suíça: plebiscitos vinculantes e democracia direta

A Suíça mostra que democracia direta pode ser rotina institucional, não evento excepcional. O Brasil já prevê plebiscito, referendo e iniciativa popular, mas usa pouco e de forma irregular. O plano propõe tornar consultas populares parte do ciclo de decisão, sobretudo em leis de alto impacto fiscal, privatizações estratégicas, reformas políticas, revisão constitucional, tratados econômicos sensíveis e grandes concessões de recursos naturais.

A adaptação exige salvaguardas. Direitos fundamentais não podem depender de maioria ocasional. Plebiscitos devem ter informação pública igualitária, tempo de debate, financiamento transparente, checagem oficial de impacto fiscal e regras contra abuso econômico em campanhas. A pergunta deve ser clara e o resultado vinculante. A democracia direta fortalece o plano porque transforma reformas estruturais em pactos públicos, não decisões de gabinete.

2.8 Medidas concretas da Parte 2

1. M6: Fundo Soberano Brasileiro de Recursos Naturais e Transição Ecológica. Capitalização inicial com royalties, participações especiais, dividendos de estatais e receitas de concessões estratégicas.
2. M7: Lei de Cogestão. Trabalhadores em conselhos de empresas estratégicas, concessionárias e grandes empregadoras.
3. M8: Política de Campeãs Nacionais Condicionadas. BNDES e compras públicas vinculados a metas tecnológicas, trabalhistas e ambientais.
4. M9: Regra de Retorno Visível do Tributo. Toda nova tributação progressiva deve indicar serviço ou investimento financiado.
5. M10: Lei Geral de Plebiscitos Vinculantes. Define gatilhos, quóruns, propaganda pública, transparência e limites de direitos fundamentais.

3. Parte 3: Setores Estratégicos: mapa público-misto-privado

3.1 Princípio de organização setorial

O plano separa setores por sua função social e estratégica. Existem setores de soberania: energia, petróleo, água, minérios críticos, defesa, dados públicos, crédito de desenvolvimento e infraestrutura logística. Neles, o Estado precisa controlar, deter participação decisiva ou regular com força. Existem setores de direitos universais: saúde, educação, previdência, assistência, saneamento básico e moradia social. Neles, a provisão pública deve ser dominante, ainda que haja entidades privadas reguladas. Existem setores de mercado concorrencial: comércio, serviços, pequenas indústrias, alimentação, cultura, tecnologia, turismo e agro produtivo. Neles, o Estado deve regular, financiar, simplificar e fiscalizar, mas não substituir a iniciativa privada.

3.2 Tabela público-misto-privado

Setor	Modelo	Justificativa
Petróleo e gás	Misto com comando público	Recurso natural finito, renda extraordinária e impacto cambial. Petrobras integrada, com controle estatal, coordena exploração, refino, conteúdo nacional e transição energética. Privados podem operar sob concessão ou partilha com regras rígidas.
Energia elétrica	Estatal ou misto com maioria pública nos ativos sistêmicos	Geração, transmissão e distribuição têm monopólios naturais, segurança energética e impacto inflacionário. Controle público evita subinvestimento e tarifa abusiva.
Água e saneamento	Público predominante, com gestão regional profissional	Água é direito vital e monopólio natural local. Contratos privados só onde provem universalização, tarifa justa e forte controle público.
Bancos públicos e crédito de desenvolvimento	Estatal estratégico	Banco do Brasil, Caixa, BNDES, bancos regionais e Finep orientam crédito para inovação, moradia, agricultura familiar, infraestrutura e indústria. Bancos privados continuam operando.
Bancos comerciais privados	Privado regulado	Devem competir, mas com limites a juros abusivos, transparência, portabilidade real e obrigação de crédito produtivo em programas públicos.
Minerais estratégicos	Misto com propriedade pública do subsolo e participação estatal	Lítio, nióbio, terras raras, urânio, potássio, cobre e minério de ferro sustentam indústria e defesa. Extração exige royalties progressivos, conteúdo local e fundo soberano.
Telecomunicações e dados	Privado regulado com infraestrutura pública essencial	Operadoras privadas competem, mas Estado controla backbone público, satélites estratégicos, dados governamentais e inclusão digital.
Transporte ferroviário	Misto com malha estratégica pública	Ferrovias são infraestrutura de desenvolvimento e descarbonização. Operação privada pode existir, mas trilhos, interoperabilidade e tarifas precisam de comando público.
Portos	Misto com autoridade pública forte	Operadores privados podem atuar, mas planejamento, dragagem, segurança, tarifas e integração ferroviária são estratégicos.
Rodovias	Misto regulado	Concessões podem ser úteis, desde que pedágio, manutenção, retorno e investimentos sejam controlados. Trechos sociais devem ficar públicos.
Saúde	Universal pública com setor suplementar regulado	SUS é eixo central. Privados podem complementar, mas não definir prioridades nacionais nem capturar orçamento público por contratos precários.
Educação	Pública universal com coexistência privada regulada	Creche, ensino básico, técnico e universidades públicas são base de igualdade. Escolas privadas continuam existindo, com regulação e transparência.
Agro produtivo	Privado regulado e integrado ao planejamento nacional	Agronegócio produtivo permanece privado. Deve cumprir legislação ambiental, trabalhista, tributária e função social. Agricultura familiar recebe prioridade para alimentos.
Comércio	Privado concorrencial	Comércio local e varejo são privados. O Estado combate monopólios, abuso de plataformas, juros de cartão e concentração logística.
Pequenas empresas	Privado protegido	Simples, crédito, compras públicas e assistência técnica fortalecem micro e pequenas empresas. O plano não estatiza pequenos negócios.
Habitação social	Público, cooperativo e privado contratado	Estado define metas e financiamento. Estatais, cooperativas e construtoras privadas executam sob padrões de qualidade, localização e custo.
Ciência e tecnologia	Público indutor e privado inovador	Universidades, institutos públicos e encomendas tecnológicas puxam inovação; empresas privadas recebem apoio com contrapartidas.

3.3 Critérios para decidir o modelo

O Estado deve assumir comando quando pelo menos uma das condições se aplica: o setor é monopólio natural; a falha privada causa dano irreversível; a renda deriva de recurso natural público; o serviço é direito fundamental; a infraestrutura define soberania; a atividade tem externalidades ambientais relevantes; ou a empresa recebe volume substancial de financiamento público. O setor deve permanecer privado quando há concorrência real, baixo risco sistêmico, barreiras de entrada moderadas e capacidade de regulação suficiente.

Essa matriz evita dois erros. O primeiro é o privatismo automático, que transforma tudo em ativo financeiro, inclusive água, energia e conhecimento público. O segundo é o estatismo automático, que sobrecarrega o Estado em atividades onde o dinamismo privado funciona melhor. A economia

brasileira precisa de Estado estratégico, não de Estado dono de padaria; precisa de mercado produtivo, não de mercado mandando na Constituição.

3.4 Medidas concretas da Parte 3

1. M11: Lei dos Setores Estratégicos. Define atividades de soberania, direitos universais e mercado concorrencial, com quórum qualificado e plebiscito para privatização de ativos estratégicos.
2. M12: Agência de Monitoramento de Tarifas Essenciais. Acompanha energia, água, transporte, telecomunicações e crédito, com dados abertos sobre custo, margem e qualidade.
3. M13: Cláusula de Retorno Público. Empresas em setores estratégicos que recebem concessão, subsídio, financiamento público ou exploração de recurso natural devem compartilhar ganhos extraordinários com o Estado.
4. M14: Proteção Constitucional de Pequenos Negócios. Reforça tratamento favorecido, crédito e simplificação tributária para micro e pequenas empresas.

4. Parte 4: Reforma Agrária sem confisco e constitucional

4.1 Fundamento jurídico e político

A reforma agrária proposta não é guerra contra o campo produtivo. Ela é cumprimento da função social da propriedade prevista na Constituição. Terra improdutiva, grilada, obtida por fraude, degradada ou usada com trabalho análogo à escravidão não pode ter o mesmo tratamento de propriedade produtiva, legal, ambientalmente responsável e geradora de emprego. O plano diferencia agronegócio produtivo de latifúndio improdutivo e ilegal.

Os critérios são claros. Primeiro, terras públicas griladas retornam ao patrimônio público por procedimento administrativo e judicial com contraditório. Segundo, propriedades que não cumprem função social podem ser desapropriadas para reforma agrária, com indenização conforme a Constituição e legislação aplicável. Terceiro, áreas com trabalho análogo à escravidão entram no regime constitucional de expropriação sancionatória, com destinação social, respeitado devido processo. Quarto, terras produtivas, legalizadas e cumpridoras de normas ambientais e trabalhistas permanecem privadas.

4.2 Critérios de desapropriação e regularização

Critério	Instrumento	Indenização	Destinação
Terra pública grilada	Retomada administrativa e judicial do bem público	Não há indenização pela terra pública apropriada ilegalmente; benfeitorias de boa-fé podem ser analisadas	Assentamentos, conservação, povos tradicionais ou uso público
Imóvel rural improdutivo	Desapropriação por interesse social para reforma agrária	Títulos da dívida agrária e indenização de benfeitorias úteis e necessárias, conforme lei	Assentamento com infraestrutura
Descumprimento ambiental grave	Sanções, embargo, recuperação e eventual desapropriação se função social falhar	Conforme processo legal	Recuperação, assentamento agroecológico ou conservação
Trabalho análogo à escravidão	Expropriação constitucional sancionatória após processo	Regime constitucional específico	Reforma agrária ou programas sociais
Dívida tributária rural relevante e reiterada	Execução fiscal, negociação com dação em pagamento ou desapropriação se cabível	Conforme lei	Fundo de terras, conservação ou assentamento

4.3 Modelo de assentamento com infraestrutura completa

A reforma agrária fracassa quando entrega lote sem estrada, crédito, assistência técnica, escola, saúde, internet, agroindústria, logística e mercado. O plano adota o princípio assentamento completo ou não assenta. Cada novo projeto deve ter, antes da chegada das famílias, plano territorial com: água, estrada vicinal, energia, conectividade, escola ou transporte escolar, equipe de saúde da família, assistência técnica permanente, crédito inicial, habitação, cadastro ambiental, plano produtivo, armazenamento, compras públicas e cooperativa.

O custo médio por família deve ser tratado em duas camadas. O cenário básico completo fica em R$ 260 mil a R$ 420 mil por família ao longo de cinco anos, somando infraestrutura, habitação, crédito inicial, assistência técnica, regularização, máquinas compartilhadas e apoio à comercialização. O cenário conservador de consolidação plena, com agroindústria, internet robusta, armazenamento, equipamentos coletivos, saúde, educação e assistência técnica continuada por cinco anos, fica em R$ 420 mil a R$ 650 mil por família, com variação regional relevante. A terra em imóveis improdutivos é indenizada por títulos, reduzindo desembolso de caixa imediato, mas benfeitorias, infraestrutura e serviços exigem orçamento real. O custo anual para assentar 75 mil famílias por ano, ritmo necessário para atingir 1,5 milhão em 20 anos, deve ser recalibrado para R$ 25 bilhões a R$ 45 bilhões em gasto orçamentário, mais crédito rural direcionado de R$ 12 bilhões a R$ 25 bilhões. Em regiões remotas, com terra cara ou baixa infraestrutura prévia, o pico anual pode chegar a R$ 45 bilhões a R$ 60 bilhões. É muito dinheiro, mas menos do que o país gasta com subsídios mal avaliados ou juros excessivos em poucos meses.

4.3.1 Nota técnica sobre custo por família

O custo antigo de R$ 18 bilhões a R$ 30 bilhões por ano era plausível para um assentamento com infraestrutura básica e crédito inicial, mas ficava apertado para o padrão assentamento completo defendido aqui. A própria documentação pública do Incra mostra que cada lote demanda escola, estrada, crédito, assistência técnica, saúde e outros benefícios de diferentes esferas de governo. A Instrução Normativa Incra nº 150/2025 reforça essa leitura: os tetos por família para obras de engenharia cobrem apenas parcelas de infraestrutura básica, como estradas vicinais e abastecimento de água, com limites regionalizados que, somados, ficam na ordem de dezenas de milhares de reais por família antes de habitação, crédito produtivo, ATER, agroindústria e serviços públicos.

A base histórica também confirma que terra e apoio devem ser separados. O Decreto nº 91.766/1985, que instituiu o primeiro PNRA da Nova República, distinguia custos de implantação, serviços de apoio, assistência técnica, saúde, educação, infraestrutura e crédito rural, e advertia que custos reais dependem de projetos específicos. Estudos acadêmicos e de política pública do Ipea e do acervo do MDA/Nead sobre aspectos orçamentários da reforma agrária apontam a mesma conclusão: assentamento barato sem infraestrutura tende a virar pobreza rural administrada; assentamento caro, planejado e produtivo pode virar ativo público. A literatura da UFV sobre ATES em Minas Gerais acrescenta outro ponto: assistência técnica descontinuada é limite estrutural. Por isso, este plano passa a exigir cinco anos de ATER contínua, com orçamento próprio, metas produtivas, avaliação social e vínculo com cooperativas ou agroindústrias.

Componente por família	Faixa de referência em cinco anos	Observação
Regularização, georreferenciamento e instalação	R$ 15 mil-35 mil	Cadastro, seleção, CAR, demarcação, projetos e organização inicial
Infraestrutura básica	R$ 45 mil-95 mil	Estradas, água, energia, conectividade e equipamentos coletivos mínimos
Habitação rural e saneamento domiciliar	R$ 80 mil-140 mil	Casa, melhoria habitacional, esgoto, cisterna ou solução hídrica
Crédito inicial e custeio produtivo	R$ 60 mil-140 mil	Parte reembolsável, combinada com Pronaf e fundos públicos
ATER continuada por cinco anos	R$ 25 mil-60 mil	Equipes multidisciplinares, gestão, agroecologia, comercialização
Máquinas, armazenamento e agroindústria cooperativa	R$ 50 mil-140 mil	Tratores compartilhados, beneficiamento, frio, embalagem, transporte
Saúde, educação, internet e serviços territoriais	R$ 30 mil-80 mil	Custo compartilhado com políticas universais e governos locais
Total de referência	R$ 305 mil-690 mil	A faixa operacional do plano fica em R$ 420 mil-650 mil para projetos completos

4.4 Meta de 1,5 milhão de famílias em 20 anos

A meta é assentar 1,5 milhão de famílias em 20 anos, com avaliação de renda, produtividade, permanência e qualidade de vida. A escala anual deve ser realista:

Período	Famílias assentadas por ano	Total da fase	Prioridade
Anos 1-5	30 mil a 60 mil	180 mil a 250 mil	Projetos-modelo, terras públicas griladas, assentamentos próximos a mercados
Anos 6-10	70 mil a 90 mil	350 mil a 450 mil	Expansão nacional, cooperativas, agroindústria, compra pública
Anos 11-15	80 mil a 100 mil	400 mil a 500 mil	Consolidação produtiva, exportação cooperativa, bioeconomia
Anos 16-20	70 mil a 90 mil	350 mil a 450 mil	Correções, sucessão rural, tecnologia, integração territorial

O assentamento deve ser plural. Nem todo projeto precisa produzir a mesma coisa. Em regiões periurbanas, prioridade para hortas, leite, ovos, frutas, abastecimento escolar e mercados locais. Em regiões de cerrado, integração lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastagens e sementes. Na Amazônia, nada de repetir desmatamento: sistemas agroflorestais, manejo florestal comunitário, castanha, açaí, cacau, pesca, turismo de base comunitária, restauração e pagamento por serviços ambientais. No semiárido, cisternas, caprinocultura, energia solar, fruticultura irrigada responsável e convivência com seca.

4.4.1 MST e movimentos sociais como parceiros de execução

O MST deve ser reconhecido explicitamente como parceiro estratégico, não como dono da política pública. A reforma agrária é dever do Estado e direito social regulado por lei; sua execução deve envolver Incra, estados, municípios, universidades, Embrapa, Emater, cooperativas, movimentos sociais, sindicatos rurais, agricultura familiar e comunidades tradicionais. Dentro desse arranjo, a experiência do MST é relevante porque acumulou métodos de mobilização, formação, cooperativismo, agroecologia, produção de alimentos e comercialização.

A referência mais concreta é a cadeia do arroz agroecológico no Rio Grande do Sul, organizada por cooperativas de assentados, com certificação orgânica e escala produtiva reconhecida publicamente pelo Instituto Rio Grandense do Arroz como a maior produção de arroz orgânico da América Latina. O ponto a copiar não é a identidade partidária de nenhum movimento, mas o método econômico: cooperativa, assistência técnica, agroindústria, certificação, compra pública, marca coletiva, formação política e vínculo com alimentação saudável. Esse modelo deve ser escalado para leite, feijão, hortaliças, mandioca, frutas, café, cacau, castanha, mel, sementes e proteína animal de baixa emissão.

O papel dos movimentos sociais será regulado por contrato público, meta e prestação de contas. Cooperativas ligadas ao MST, Contag, Fetraf, movimentos quilombolas, indígenas ou organizações locais poderão executar ATER, agroindustrialização, comercialização, formação e assistência cooperativa se forem credenciadas, auditadas e avaliadas por resultado. Isso evita tanto criminalização ideológica quanto captura corporativa. Movimento social ajuda a organizar povo; Estado garante regra pública, universalidade e controle.

4.5 O que acontece com o agronegócio produtivo

O agronegócio produtivo permanece privado. Ele é relevante para exportações, emprego, tecnologia e balança comercial. O plano não trata produtor eficiente como inimigo. Mas o setor passa a operar com regras mais republicanas: ITR progressivo e efetivo, rastreabilidade ambiental, combate a desmatamento ilegal, respeito trabalhista, contribuição para infraestrutura local, redução de dependência de agrotóxicos perigosos, metas de baixo carbono e apoio à indústria nacional de fertilizantes.

O ITR progressivo deve deixar de ser imposto simbólico. Propriedade grande, valorizada, pouco produtiva e ambientalmente irregular paga mais. Propriedade produtiva, regular, com reserva legal preservada, tecnologia limpa e geração de emprego tem tratamento estável. A arrecadação do ITR progressivo financia reforma agrária, recuperação ambiental, estradas vicinais e assistência técnica.

4.6 Medidas concretas da Parte 4

1. M15: Cadastro Nacional Integrado de Terras. Unifica Incra, Receita, cartórios, CAR, georreferenciamento, terras públicas, dívidas tributárias e embargos ambientais.
2. M16: Programa Nacional de Retomada de Terras Griladas. Força-tarefa com AGU, Incra, estados, Ministério Público e Judiciário agrário.
3. M17: Assentamento Completo. Nenhuma família entra em projeto sem plano de infraestrutura, ATER, crédito, saúde, educação e internet.

4 M18: ITR Progressivo e Fiscalização Digital. Alíquotas sobem para imóveis grandes, improdutivos, subdeclarados ou ambientalmente irregulares.

5 M19: Compra Pública de Alimentos da Reforma Agrária. Escolas, hospitais, presídios e Forças Armadas compram parte dos alimentos de agricultura familiar e cooperativas.

6 M20: Fundo de Agroindustrialização Cooperativa. Financia laticínios, beneficiamento, armazenamento, transporte refrigerado e plataformas de venda.

5. Parte 5: Reestatização seletiva por via contratual, não confisco

5.1 Princípio geral

Reestatização seletiva não significa tomar empresas privadas à força. Significa recuperar controle público sobre ativos cuja privatização reduziu soberania, elevou tarifa, prejudicou investimento ou colocou monopólios naturais sob lógica incompatível com direitos sociais. A via é contratual, legal e indenizatória quando cabível. O plano usa quatro modalidades: recompra de ações, não renovação de concessões, encampação por interesse público com indenização, caducidade por quebra contratual e criação de estatal concorrente quando a entrada pública aumenta eficiência.

É importante separar propriedade de regulação. Em alguns casos, basta regulação forte. Em outros, o Estado precisa ter voto e comando. Em outros, a melhor estratégia é criar uma empresa pública concorrente que discipline preços e qualidade. A reestatização deve obedecer a estudo de impacto, auditoria, debate público e financiamento transparente.

5.2 Modalidades operacionais

Modalidade	Quando usar	Custo fiscal	Risco jurídico	Exemplo de uso
Recompra de ações	Empresa estratégica privatizada com ações negociadas	Alto, mas vira ativo patrimonial	Médio se houver respeito ao mercado e regras societárias	Eletrobras, participação em empresas de energia
Não renovação de concessões	Contratos chegando ao fim ou com renovação condicionada	Baixo a médio	Baixo se previsto contratualmente	Ferrovias, portos, saneamento
Encampação indenizada	Interesse público relevante e serviço essencial	Médio a alto	Médio; exige lei e indenização	Distribuição de energia ou água com falha estrutural
Caducidade por quebra contratual	Descumprimento grave de metas	Baixo a médio	Baixo a médio se prova robusta	Concessões que não universalizam serviço
Estatal concorrente	Mercado concentrado com abuso de preço ou falha de oferta	Médio	Baixo	Fertilizantes, medicamentos, logística, telecom pública

5.3 Prioridades e prazos

Eletrobras, anos 2 a 4. A prioridade é recuperar influência pública no planejamento elétrico. O caminho mais seguro combina revisão legal do modelo de voto, negociação societária, compra gradual de ações, uso de dividendos, atuação de BNDES e fundos públicos e eventual PEC se a trava societária impedir comando compatível com soberania energética. Custo estimado: R$ 70 bilhões a R$ 120 bilhões para recompor posição estratégica relevante, dependendo de preço de mercado, desenho societário e participação desejada. Parte do custo é aquisição de ativo, não gasto corrente perdido.

Sabesp e saneamento, anos 3 a 8. Como saneamento envolve estado e municípios, a União não pode simplesmente tomar decisão unilateral. O plano cria um Fundo Federal de Saneamento Público para recomprar participações, financiar companhias estaduais públicas eficientes, apoiar consórcios

municipais e condicionar recursos federais a universalização, tarifa social e controle público. Custo estimado para operações seletivas: R$ 20 bilhões a R$ 60 bilhões em oito anos, conforme adesão federativa.

Correios. Caso a empresa venha a ser privatizada, a retomada é prioridade imediata por recompra, anulação de processo viciado ou criação de operador público nacional. Se permanecer estatal, a prioridade é modernização: logística para e-commerce nacional, banco postal, presença em áreas remotas, identidade digital pública e integração com compras públicas. Custo de modernização: R$ 8 bilhões a R$ 15 bilhões em cinco anos.

Refinarias da Petrobras, anos 1 a 8. A integração entre produção, refino e distribuição é estratégica para preço de combustíveis e segurança energética. O plano prioriza recompra, parcerias operacionais ou participação pública em refinarias privatizadas, começando por ativos com maior impacto regional. Custo estimado: R$ 30 bilhões a R$ 60 bilhões em até oito anos. A regra é negociar, não expropriar.

Ferrovias, anos 5 a 12. A malha ferroviária deve ser tratada como sistema nacional. Concessões podem operar trens, mas trilhos estratégicos, interoperabilidade, direito de passagem e planejamento de expansão precisam de comando público. O plano cria a InfraBrasil Ferroviária, uma empresa pública de planejamento, engenharia e gestão de malha, com capacidade de assumir trechos por fim de concessão ou descumprimento. Investimento estimado: R$ 25 bilhões a R$ 45 bilhões por ano durante a fase de expansão, combinando orçamento, debêntures públicas, BNDES e fundo soberano.

Portos, anos 5 a 12. Portos continuam com operadores privados em terminais, mas autoridade portuária, planejamento logístico, dragagem, integração ferroviária, tarifas e segurança devem ter controle público forte. O plano não estatiza todo terminal; reequilibra contratos e impede monopólios privados regionais.

5.4 Governança para evitar captura

Reestatizar mal é pior do que regular bem. Por isso, toda empresa pública estratégica deve ter conselho profissional, participação de trabalhadores, participação de usuários quando for serviço público, auditoria independente, metas públicas, portal de contratos, integridade, teto para bônus, quarentena para dirigentes vindos de empresas reguladas e relatórios trimestrais. A empresa estatal não é patrimônio de partido, sindicato, grupo militar, empreiteira ou consultoria. É patrimônio público.

5.5 Medidas concretas da Parte 5

1. M21: Lei de Reaquisição Estratégica. Define critérios, estudos de impacto, limites de preço, aprovação parlamentar e consulta pública.
2. M22: Fundo de Recontrole Público. Capitalizado por dividendos, royalties e debêntures públicas para recomprar ativos estratégicos sem pressionar gasto corrente.
3. M23: Portal de Governança das Estatais. Contratos, salários de alta direção, metas, auditorias, investimentos e indicadores em dados abertos.
4. M24: Cláusula Antiprivatização Estratégica. Privatizações de energia, água, petróleo, correios, bancos públicos e minérios críticos exigem plebiscito.
5. M25: Empresa pública concorrente em setores concentrados. Fertilizantes, medicamentos, logística e telecomunicações recebem operadores públicos quando houver abuso de preço ou falha de mercado.

6. Parte 6: Políticas sociais universais

6.1 Saúde: SUS como infraestrutura nacional

O SUS deve ser financiado como uma das maiores infraestruturas produtivas do país. População saudável trabalha melhor, aprende mais, se endivida menos e vive com dignidade. A proposta é elevar o financiamento federal para uma execução equivalente a 15% da receita da União em referência ampla, superando patamares efetivos insuficientes e blindando o sistema contra ciclos de austeridade. A regra deve ser acompanhada por metas: tempo máximo de espera, cobertura de atenção básica, vacinação, saúde mental, atendimento oncológico, cirurgia eletiva, parto seguro, saúde indígena e acesso a medicamentos.

O plano substitui gradualmente a dependência de Organizações Sociais onde elas funcionam como terceirização precária, não como complemento excepcional. A transição não pode fechar unidades de saúde. Primeiro cria carreiras, sistemas de gestão, compras públicas inteligentes e avaliação. Depois internaliza equipes e contratos. Onde uma entidade filantrópica ou comunitária presta serviço de qualidade, pode continuar conveniada sob controle público. O alvo é a precariedade e a captura, não a cooperação honesta.

As metas de saúde são: 100% da população coberta por Estratégia Saúde da Família até o ano 10; UBS com equipe completa, farmácia básica e saúde mental; prontuário eletrônico público interoperável até o ano 5; produção pública de medicamentos essenciais com Farmanguinhos, Butantan, Fiocruz e laboratórios estaduais; complexo industrial da saúde com encomendas tecnológicas; hospitais regionais para reduzir deslocamentos; mutirão permanente de filas com dados públicos. Custo adicional estimado: R$ 80 bilhões a R$ 120 bilhões por ano em regime, com entrada gradual.

6.2 Educação: da creche à formação técnica

A educação é o maior instrumento de igualdade de longo prazo. A proposta é chegar a 10% do PIB para educação pública, com prioridade na primeira infância, ensino fundamental integral, ensino médio técnico-integrado, carreira docente e universidade pública ligada a desenvolvimento regional. A meta não é apenas gastar mais; é mudar o desenho do sistema.

Creche universal de 0 a 3 anos exige construção, contratação, formação e cooperação com municípios. A prioridade inicial são famílias de baixa renda, mães trabalhadoras, periferias e regiões com maior déficit. O custo adicional de universalização pode chegar a R$ 60 bilhões a R$ 100 bilhões por ano em regime, mas a implantação é em 10 anos. O retorno é alto: aumenta renda das mulheres, reduz desigualdade cognitiva e melhora saúde infantil.

O ensino fundamental deve caminhar para tempo integral com alimentação, esporte, cultura, reforço, biblioteca, ciência e tecnologia. O ensino médio deve ser técnico-integrado, não treinamento barato. O estudante deve sair com formação geral sólida e qualificação real em áreas como saúde, tecnologia, agroecologia, indústria, energia, logística, programação, construção, cuidado e cultura. Professores precisam de piso digno, carreira nacional de referência, formação continuada e tempo remunerado de planejamento.

6.3 Moradia: 500 mil unidades por ano com cidade, não depósito de gente

O plano prevê construção ou requalificação de 500 mil unidades habitacionais por ano, por estatais, cooperativas, mutirões assistidos e construtoras privadas contratadas. A prioridade é reduzir déficit habitacional sem empurrar pobres para longe de emprego, escola, saúde e transporte. Moradia deve vir com urbanização, saneamento, equipamentos públicos e regularização fundiária.

O custo médio varia conforme terreno, região e padrão urbano. Considerando subsídios, urbanização, requalificação de imóveis ociosos e construção nova, o custo anual fica entre R$ 90 bilhões e R$ 140 bilhões em regime. O financiamento vem de orçamento, FGTS, bancos públicos,

IPTU progressivo, outorga onerosa, captura de valorização imobiliária e fundos municipais. A política deve priorizar imóveis vazios em áreas centrais, retrofit, locação social, cooperativas habitacionais e assistência técnica para autoconstrução.

O IPTU progressivo para imóveis ociosos deve ser aplicado com coragem. A Constituição e o Estatuto da Cidade já oferecem instrumentos: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos. O problema é execução municipal fraca. A União deve criar incentivos e assistência técnica para municípios aplicarem esses instrumentos.

6.4 Previdência: proteção social sem privilégios

A reforma previdenciária de 2019 reduziu direitos de trabalhadores, endureceu acesso e manteve distorções em vários regimes. O plano propõe revisão gradual com três princípios: ninguém idoso deve cair na miséria; trabalhadores informais devem ser integrados; privilégios acima do teto do INSS devem ser eliminados ou financiados por contribuição específica. A previdência precisa ser sustentável, mas sustentabilidade não pode significar empurrar pobres para trabalhar até morrer.

As medidas incluem contribuição simplificada para informais, MEIs e trabalhadores de plataformas; contribuição patronal de plataformas digitais; proteção especial para trabalhadores rurais e atividades penosas; transição justa para regras de idade; combate a fraudes; convergência de regimes próprios ao teto do INSS para novos entrantes; revisão de aposentadorias e pensões acima do teto sem base contributiva suficiente; e integração entre previdência, assistência e renda de cidadania.

O custo líquido depende da combinação. A recomposição de direitos pode custar R$ 40 bilhões a R$ 90 bilhões por ano em regime, compensada parcialmente por fim de privilégios, cobrança de devedores, formalização e tributação de altas rendas. O plano não promete aposentadoria precoce universal; promete proteção digna e fim da lógica de ajuste concentrado nos mais pobres.

6.5 Renda básica: Bolsa Família como Renda de Cidadania

A renda básica começa pelo fortalecimento do Bolsa Família. O piso proposto é R$ 800 por adulto em pobreza, com benefício infantil adicional, condicionalidades de cuidado e integração com emprego, educação, saúde e assistência. A transição para renda básica universal em 10 anos deve ser entendida como universalidade de direito e mecanismo tributário integrado, não pagamento igual e alto para todos sem financiamento. O desenho mais realista é imposto de renda negativo: todos têm direito a uma base, os pobres recebem integralmente, a classe média recebe pouco ou nada após ajuste tributário, e os muito ricos devolvem via imposto.

O custo inicial para ampliar a renda de cidadania focada na pobreza é estimado em R$ 100 bilhões a R$ 180 bilhões por ano além do programa atual, conforme linha de pobreza e composição familiar. A universalização de direito exigirá cadastro tributário integrado, declaração pré-preenchida para todos os adultos, conta pública digital, combate a fraudes e cruzamento com renda formal, informal e patrimonial. A meta do ano 10 é que nenhum adulto brasileiro esteja abaixo de um piso de renda definido nacionalmente e que a pobreza extrema seja residual.

6.6 Transição energética justa

A transição energética precisa sair do plano genérico da "economia verde" e virar carteira de obras, empregos e fechamento planejado de fontes sujas. O Brasil já parte de uma matriz elétrica relativamente limpa. O PDE 2034 da EPE indica manutenção de participação renovável acima de 85% na matriz elétrica, com expansão de solar, eólica e geração distribuída. A vantagem brasileira é real, mas pode ser perdida se o país subsidiar carvão, atrasar transmissão, não desenvolver armazenamento e deixar hidrogênio, eólica offshore e indústria de equipamentos nas mãos de importação pura.

O princípio é descarbonizar sem abandonar trabalhadores e regiões dependentes de combustíveis fósseis. Usinas a carvão, mineração de carvão e cadeias térmicas regionais não podem ser fechadas

por decreto sem alternativa econômica. O plano cria um Fundo de Transição Justa para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e demais regiões afetadas, financiado por royalties de petróleo, taxa de carbono setorial, fundo soberano e orçamento de inovação. O fundo paga requalificação, aposentadoria antecipada em atividades penosas, reconversão industrial, recuperação ambiental, parques tecnológicos, cooperativas de energia e obras de transmissão.

As metas são:

Meta	Ano 5	Ano 10	Ano 15	Ano 20
Participação renovável na matriz elétrica	Manter acima de 85%	88%	90%	92%
Carvão mineral na geração elétrica	Sem novos subsídios e sem novas contratações compulsórias	Redução de 50% da geração a carvão	Aposentadoria operacional das térmicas a carvão, salvo reserva emergencial auditada	Carvão fora da geração regular
Eólica offshore	Marco regulatório, zoneamento e primeiros leilões	5 GW contratados ou em construção	12 GW contratados	20 GW contratados ou operando
Hidrogênio de baixo carbono	5 hubs piloto e demanda pública inicial	1 milhão t/ano de capacidade contratada	2,5 milhões t/ano	5 milhões t/ano, priorizando fertilizantes, aço, química e transporte pesado
Armazenamento e resposta da demanda	Leilões piloto de baterias, bombeamento reversível e gestão de carga	10 GW de capacidade flexível	25 GW	40 GW
Empregos verdes	300 mil ocupações diretas e indiretas	800 mil	1,4 milhão	2 milhões
Transmissão e redes	Carteira emergencial para Nordeste, Norte e integração offshore	Corredores renováveis concluídos	Rede digitalizada e resiliente	Rede nacional preparada para eletrificação pesada

As políticas operacionais são: fim gradual de subsídios ao carvão; leilões separados para armazenamento e resposta da demanda; expansão de transmissão antes de leilões de geração; conteúdo tecnológico nacional em torres, pás, cabos, inversores, eletrolisadores e baterias; Petrobras e Eletrobras como investidoras de transição; BNDES e Finep financiando inovação; tarifa social de energia; eletrificação de ônibus urbanos; substituição de diesel por biometano, biodiesel avançado e eletrificação onde fizer sentido; e licenciamento ambiental com zoneamento prévio, consulta a comunidades e proteção costeira.

O custo público direto adicional é estimado em R$ 50 bilhões a R$ 90 bilhões por ano durante a fase de maior investimento, mas nem tudo é despesa primária: a referência prudente é R$ 20 bilhões a R$ 35 bilhões de orçamento, combinados com crédito do BNDES, Fundo Clima, debêntures públicas, garantias, fundo soberano e capital privado produtivo. A transição se paga por menor importação de combustíveis, menor exposição cambial, empregos industriais, exportações verdes, saúde pública e redução de risco climático. A regra de governança é a mesma do restante do plano: subsídio só com meta, prazo, contrapartida e auditoria.

6.7 Custos sociais e climáticos em regime

Política	Meta em regime	Custo adicional anual estimado	Fonte principal
Saúde	SUS forte com 100% de atenção básica	R$ 80-120 bilhões	Dividendos, dividendos tributados, combate à evasão
Educação	10% do PIB, creche e tempo integral	R$ 180-300 bilhões	IGF, herança, dividendos, revisão de renúncias
Moradia	500 mil unidades ou requalificações por ano	R$ 90-140 bilhões	FGTS, orçamento, IPTU progressivo, fundos urbanos
Previdência	Revisão de 2019 e inclusão informal	R$ 40-90 bilhões líquidos	Contribuições de plataformas, fim de privilégios, formalização
Renda de cidadania	Piso de R$ 800 para adultos em pobreza e caminho universal	R$ 100-180 bilhões adicionais	Reforma tributária progressiva e fundo soberano
Reforma agrária completa	75 mil famílias por ano em média	R$ 25-45 bilhões mais crédito, com pico de R$ 45-60 bilhões em regiões caras ou remotas	ITR progressivo, orçamento e crédito rural
Transição energética justa	Descarbonização, empregos verdes e substituição do carvão	R$ 50-90 bilhões, sendo R$ 20-35 bilhões de orçamento e o restante crédito, garantias e capital produtivo	Fundo soberano, royalties, BNDES, Fundo Clima e taxa de carbono setorial

6.8 Medidas concretas da Parte 6

1. M26: Emenda do Piso Social Progressivo. Saúde, educação e assistência passam a ter pisos vinculados a metas de cobertura e qualidade.
2. M27: Carreira Nacional do SUS em regime federativo. União financia e municípios/estados gerem com padrões nacionais.
3. M28: Programa Creche de Todas as Crianças. Universalização em 10 anos, começando por territórios de maior vulnerabilidade.
4. M29: Plano Nacional de Escola Integral e Técnica. Tempo integral no fundamental e ensino médio técnico-integrado.
5. M30: Moradia com Cidade. 500 mil unidades ou requalificações anuais, com localização, transporte e equipamentos públicos.
6. M31: Previdência Inclusiva. Integra informais, plataformas e trabalhadores intermitentes.
7. M32: Renda de Cidadania. Piso de R$ 800 para adulto em pobreza e integração com imposto de renda negativo.
8. Subprograma vinculado à M38: Transição Energética Justa. Aposentadoria do carvão, eólica offshore, hidrogênio de baixo carbono, armazenamento, transmissão e proteção aos trabalhadores afetados.

7. Parte 7: Política econômica e investimentos

7.1 Banco Central com mandato dual

O Banco Central deve controlar a inflação, mas também responder por emprego, estabilidade financeira e desenvolvimento. A proposta é alterar a legislação para um mandato dual: inflação e emprego, com transparência sobre trade-offs. Isso não significa mandar o Banco Central imprimir dinheiro para cobrir gasto. Significa reconhecer que juros altos demais por tempo demais destroem investimento, emprego, indústria e orçamento público.

A meta é reduzir gradualmente a Selic para patamares compatíveis com países desenvolvidos e emergentes estáveis, buscando juros reais de 4% a 6% ao ano em fase intermediária e menor no longo prazo se inflação, câmbio e risco permitirem. A redução não será decreto voluntarista. Ela depende de coordenação entre política fiscal crível, câmbio administrado contra volatilidade, crédito produtivo, queda de prêmio de risco, competição bancária, redução de indexação e aumento de investimento público.

7.2 Câmbio administrado e controle de volatilidade

O Brasil não deve fixar o câmbio artificialmente nem abandonar a taxa ao humor diário de fluxos financeiros. O regime proposto é câmbio flutuante administrado: o Banco Central intervém para reduzir volatilidade excessiva, acumular reservas em momentos favoráveis e evitar movimentos especulativos que contaminem inflação. Reservas internacionais próximas de centenas de bilhões de dólares são seguro, não cofre para gastar em aventura. Devem ser usadas com parcimônia, transparência e coordenação.

O plano prevê controle seletivo de capitais de curto prazo. A ideia não é impedir investimento estrangeiro produtivo. É desestimular hot money que entra para ganhar juros e sai na primeira crise. Instrumentos: IOF variável por prazo, depósito compulsório sobre entradas de curtíssimo prazo, quarentena mínima para certos fluxos, tributação de derivativos especulativos e exigência de transparência de beneficiário final. Investimento direto, reinvestimento produtivo, importação de máquinas e financiamento de longo prazo têm tratamento favorável.

7.3 Investimento público e planejamento

O investimento público deve subir para algo entre 4% e 5% do PIB em infraestrutura, habitação, saúde, educação, ciência, defesa, saneamento e transição energética. O Brasil já investiu mais no passado e pode voltar a investir com governança. A diferença é que o investimento deve ter planejamento regional, prioridade social e avaliação técnica. Obras sem projeto, corrupção e abandono destroem legitimidade. Por isso, todo projeto acima de determinado valor deve ter estudo de viabilidade, consulta local, análise ambiental, orçamento de manutenção e portal de execução.

O BNDES volta a ser banco de desenvolvimento, mas com regras públicas: taxa favorecida só para quem entrega meta pública. Financiamento para empresa que distribui dividendos extraordinários, demite em massa, importa tudo e não inova deve ser proibido. Crédito público deve comprar futuro: tecnologia, emprego formal, exportação, cadeia local e sustentabilidade.

7.4 Como atrair investimento estrangeiro produtivo

O plano não hostiliza capital estrangeiro produtivo. O Brasil precisa de investimento, tecnologia, integração internacional e escala. O que muda é a qualidade do acordo. Investidor que constrói fábrica, transfere tecnologia, contrata trabalhadores, paga imposto, respeita ambiente e aceita arbitragem transparente é bem-vindo. Investidor que compra monopólio natural, remete lucro sem investir, pressiona tarifa e judicializa regulação não é prioridade.

Os instrumentos são: segurança jurídica para contratos legítimos; PPPs com limite de retorno, por exemplo TIR máxima de 12% ao ano em projetos com garantia pública; incentivos tributários temporários e condicionados; zonas de desenvolvimento verde; conteúdo local inteligente; licenciamento ambiental previsível e rigoroso; proteção contra mudança arbitrária de regras; e canal permanente de diálogo com investidores produtivos. A economia verde é vantagem competitiva: energia renovável, biocombustíveis, hidrogênio de baixo carbono, biodiversidade, agricultura tropical e mercado consumidor grande.

7.5 Cláusula de estabilidade regulatória para investimento produtivo

Para convencer investidores produtivos, o plano precisa oferecer mais do que discurso. A proposta é criar uma Cláusula de Estabilidade Regulatória de 15 anos para projetos aprovados na Fase 1 em setores de interesse nacional: indústria verde, semicondutores de aplicação produtiva, fármacos, fertilizantes, máquinas, ônibus elétricos, trens, hidrogênio de baixo carbono, eólica offshore, armazenamento, saneamento, infraestrutura logística e tecnologia pública. A cláusula não congela o país nem cria privilégio eterno; ela estabiliza as regras centrais do projeto aprovado.

O contrato de estabilidade terá quatro blocos: regra fiscal do projeto, regime aduaneiro, licenciamento e acesso a crédito público. Durante 15 anos, o investidor que cumprir metas não sofre mudança unilateral de alíquota específica, conteúdo local, prazo de depreciação, tarifa regulatória ou regra de remessa aplicável ao projeto. Em troca, assume metas de investimento, emprego formal, transferência tecnológica, compras locais, emissões, formação profissional, governança trabalhista e reinvestimento mínimo. Descumpriu meta relevante, perde a estabilidade e devolve parte do benefício.

Garantia ao investidor produtivo	Contrapartida pública exigida
Estabilidade de regras fiscais específicas por 15 anos	Investimento executado no cronograma aprovado
Licenciamento previsível com prazo e zoneamento	Cumprimento ambiental, consulta local e reparação integral
Acesso a BNDES, Finep e garantias públicas	Conteúdo tecnológico, emprego formal e inovação
Proteção contra mudança arbitrária de contrato	Arbitragem pública transparente e foro brasileiro quando aplicável
Repatriação legítima de lucros	Reinvestimento mínimo e vedação a planejamento tributário abusivo

7.6 Soberania monetária e redução gradual da dependência do dólar

Soberania monetária não significa trocar o real por yuan, rublo ou uma moeda do BRICS. O real continua sendo a moeda oficial brasileira. A estratégia correta é reduzir a vulnerabilidade externa por diversificação de moedas comerciais, fortalecimento de reservas, acordos de swap, financiamento em moeda local e sistemas de pagamento interoperáveis. O Banco Central já tratou publicamente acordos com a China como instrumentos para permitir transações em RMB com conversão para reais de forma mais rápida e menos custosa, preservando reservas em moeda forte e reduzindo intermediários. A agenda dos BRICS também discute pagamentos transfronteiriços, moedas locais e integração voluntária de infraestruturas financeiras, sem moeda única obrigatória.

O cenário de sanções dos Estados Unidos é improvável contra o Brasil se a transição for democrática, constitucional e aberta a investimento produtivo, mas deve ser planejado como risco extremo. A resposta não é isolamento. É redundância financeira. O país deve manter reservas em dólar, euro, ouro e outras moedas líquidas; ampliar swaps com China e parceiros relevantes; usar o Novo Banco de Desenvolvimento para financiamento em moeda local; criar linhas de comércio em reais com países sul-americanos; estimular exportadores e importadores a escolher moeda de faturamento conforme custo e risco; e preparar canais alternativos de pagamento para comércio de bens essenciais.

Instrumento	Objetivo	Limite de prudência
Reservas diversificadas	Reduzir risco de bloqueio, liquidez e volatilidade	Dólar continua relevante; diversificação não pode sacrificar liquidez
Swaps bilaterais	Garantir moeda para comércio com parceiros centrais	Uso para comércio real, não para financiar fuga especulativa
Pagamentos em moedas locais	Reduzir custo de intermediação e dependência operacional	Empresas escolhem voluntariamente conforme preço e hedge
NDB e bancos regionais	Financiar infraestrutura em moeda local	Projetos com receita em reais evitam dívida cambial desnecessária
Fundo de estabilização cambial	Separar defesa de liquidez de gasto fiscal	Regras de uso públicas e vedação a gasto corrente
Infraestrutura BRICS de pagamentos	Redundância em cenário de sanções ou fragmentação	Participação voluntária, técnica e compatível com regulação brasileira

O fundo de estabilização cambial será uma subconta do fundo soberano, com ativos líquidos e regras de saque. Ele não substitui as reservas internacionais do Banco Central. Sua função é apoiar comércio essencial, importação de máquinas, medicamentos, fertilizantes e insumos críticos em momentos de estresse, além de oferecer hedge público para projetos estratégicos quando o mercado privado cobrar prêmio abusivo.

7.7 Medidas concretas da Parte 7

1. M33: Lei do Mandato Dual do Banco Central. Inflação, emprego e estabilidade financeira entram nos objetivos formais.
2. M34: Comitê de Coordenação Macroeconômica. Fazenda, Planejamento, Banco Central e bancos públicos publicam cenários e metas integradas.
3. M35: IOF Antiespeculativo. Taxa variável sobre capital de curtíssimo prazo, preservando investimento produtivo.
4. M36: Programa Nacional de Investimento Público. Carteira plurianual com projetos, custos, cronogramas e manutenção.
5. M37: PPP com TIR Máxima e estabilidade produtiva. Limite de retorno em contratos com garantia pública, repartição de ganhos acima do previsto e cláusula de estabilidade de 15 anos para projetos produtivos que cumpram metas.
6. M38: Política Industrial Verde. Crédito, compras públicas, encomendas tecnológicas, transição energética justa e cadeias estratégicas.

8. Parte 8: Reforma tributária progressiva: como financiar tudo

8.1 Princípio: tributar menos o consumo e mais renda, riqueza e rentismo

A reforma tributária progressiva é o motor fiscal da transição. A meta é reduzir a carga sobre consumo popular e folha de salários, compensando com impostos sobre grandes patrimônios, dividendos, heranças elevadas, ganhos financeiros, exploração de recursos naturais e evasão. O Brasil não precisa punir quem trabalha, empreende e produz. Precisa cobrar de forma republicana de quem concentra renda e patrimônio em escala incompatível com um país de pobreza persistente.

As estimativas a seguir são faixas anuais em regime. Elas dependem de desenho legal, base de cálculo, alíquotas, coordenação federativa, decisões judiciais, administração tributária e comportamento dos contribuintes. A implementação deve ser gradual, com avaliação semestral e travas contra impacto na classe média.

8.2 Tabela de arrecadação progressiva

Medida	Estimativa de arrecadação anual em regime	Justificativa
Imposto sobre Grandes Fortunas: 1% acima de R$ 50 milhões, com alíquotas maiores em faixas muito altas	R$ 80-120 bilhões	Atinge fração mínima da população, reduz concentração patrimonial e financia direitos universais. Exige cadastro patrimonial, avaliação de ativos e regras contra evasão.
Tributação de dividendos: 15% a 25% progressivo, com isenção para pequenos valores	R$ 100-150 bilhões	Corrige anomalia brasileira de isenção ampla de lucros distribuídos e aproxima o país de padrões internacionais.
Imposto sobre herança: ITCMD federal ou coordenado, progressivo até 20% para grandes heranças	R$ 40-80 bilhões	Heranças muito elevadas perpetuam desigualdade. Exige PEC ou coordenação federativa, pois o ITCMD é estadual.
Combate à evasão fiscal com Receita Federal fortalecida e IA auditável	R$ 120-200 bilhões	Recupera parte prudente da evasão estimada, reduz litígios abusivos e aumenta justiça fiscal sem elevar alíquotas gerais.
Revisão de gastos tributários regressivos	R$ 60-100 bilhões	Mantém incentivos produtivos e sociais, corta benefícios sem contrapartida mensurável.
Imposto sobre transações financeiras especulativas: Tobin tax de 0,1% e IOF seletivo	R$ 50-80 bilhões	Desestimula giro especulativo, captura pequena fração de operações financeiras de alta frequência e financia estabilização.
Royalties renegociados de petróleo, mineração, água e recursos estratégicos	R$ 30-60 bilhões	Recursos naturais pertencem ao povo. Renda extraordinária deve financiar fundo soberano, ciência e transição ecológica.
TOTAL	R$ 495-815 bilhões por ano	Faixa de maturidade após implementação legal, administrativa e econômica.

8.3 Desenho por medida

O Imposto sobre Grandes Fortunas deve ter piso alto para proteger classe média alta patrimonial, empresas familiares médias e imóveis residenciais de valor moderado. A faixa inicial sugerida é patrimônio líquido acima de R$ 50 milhões, com deduções para dívidas, regras para empresas produtivas e combate a subavaliação. Ativos no exterior entram na base. Trusts, holdings patrimoniais e fundos exclusivos devem declarar beneficiário final. A cobrança pode ser anual, com parcelamento para ativos ilíquidos e opção de pagamento em títulos públicos.

A tributação de dividendos deve preservar pequenas distribuições. Micro e pequenas empresas no Simples não podem ser surpreendidas por complexidade. A incidência progressiva começa acima de faixas anuais relevantes e se integra ao IRPF. Para evitar bitributação excessiva em investimento produtivo, a reforma pode reduzir parcialmente imposto corporativo nominal e cobrar mais na distribuição, aproximando-se de padrões internacionais.

O ITCMD federal ou coordenado exige arranjo constitucional. A alternativa é uma emenda que estabeleça alíquotas mínimas e progressivas nacionais, deixando estados arrecadarem, com fundo de equalização. Grandes heranças acima de patamares elevados pagam até 20%; heranças pequenas e transmissão de moradia familiar têm proteção. O objetivo é impedir dinastias patrimoniais, não punir família trabalhadora.

O combate à evasão requer Receita Federal valorizada, concurso público, tecnologia, cooperação com cartórios, bancos, plataformas digitais e jurisdições estrangeiras. A IA usada para fiscalização deve ser auditável, sem caixa-preta que produza perseguição arbitrária. Grandes devedores contumazes perdem benefícios fiscais e acesso a crédito público. Planejamento tributário abusivo passa a ter norma geral antielisão efetiva.

A revisão de gastos tributários deve criar orçamento anual de renúncias. Todo benefício recebe nota: custo, beneficiário, objetivo, prazo, resultado e distribuição por renda e região. Benefício sem avaliação ou regressivo perde 20% ao ano até ser extinto. Benefício produtivo pode continuar se comprovar emprego, inovação, redução de preço ou desenvolvimento regional.

A Tobin tax e o IOF antiespeculativo devem ser calibrados para não travar crédito, comércio exterior ou investimento produtivo. A base principal são operações financeiras de curtíssimo prazo, alta frequência, derivativos especulativos e fluxos externos que entram para arbitragem de juros. A alíquota é pequena, mas a base é grande. Se a arrecadação cair porque a especulação caiu, o objetivo macroprudencial foi cumprido.

Os royalties renegociados exigem revisão de contratos futuros, não quebra arbitrária de contratos vigentes. Em novos projetos de petróleo, mineração e recursos críticos, a participação pública sobe quando preço internacional sobe. Essa progressividade captura renda extraordinária sem inviabilizar projetos.

8.4 Uso vinculado das receitas

Fonte	Destinação prioritária	Regra política
IGF	Creche, moradia, reforma agrária e renda de cidadania	Mostrar que riqueza extrema financia igualdade de oportunidades
Dividendos	SUS, escola integral e redução de imposto indireto popular	Corrigir privilégio tributário do capital
Herança	Fundo de primeira infância, universidade e patrimônio público	Transformar herança privada extrema em herança social
Evasão recuperada	Déficit social e redução de dívida	Combater sonegação antes de pedir sacrifício à população
Gastos tributários revistos	Investimento produtivo e social	Trocar subsídio opaco por entrega pública
Tobin tax	Estabilização cambial e investimento verde	Fazer especulação pagar seguro sistêmico
Royalties	Fundo soberano e transição ecológica	Recursos finitos financiam futuro

8.5 Medidas concretas da Parte 8

1. M39: Reforma do IR sobre capital. Dividendos e ganhos financeiros entram em tabela progressiva com proteção a pequenos investidores.
2. M40: Lei do IGF. Alíquota inicial de 1% acima de R$ 50 milhões, com progressividade e cadastro patrimonial.
3. M41: PEC da Herança Progressiva. Alíquotas nacionais coordenadas até 20% para grandes heranças.
4. M42: Receita Federal 2035. Concurso, IA auditável, beneficiário final, integração de dados e acordo internacional.
5. M43: Orçamento de Gastos Tributários. Benefícios fiscais passam por revisão anual e expiração automática.
6. M44: IOF e Tobin tax antiespeculativos. Alíquota de referência de 0,1%, calibrada por prazo e risco sistêmico.
7. M45: Royalty Progressivo. Quanto maior o preço internacional e a margem extraordinária, maior a participação pública.

9. Parte 9: Reforma política e democracia participativa

9.1 Por que a reforma política é condição da transição

Nenhuma transição social profunda sobrevive se o sistema político continuar dependente de financiamento privado indireto, orçamento secreto, partidos sem programa e campanhas personalistas milionárias. O plano exige uma reforma política que fortaleça partidos programáticos, reduza fragmentação, barateie campanhas e dê instrumentos diretos de decisão à população. A democracia representativa continua central, mas passa a conviver com democracia participativa regular.

9.2 Financiamento exclusivamente público de campanhas

O financiamento empresarial já foi proibido, mas campanhas ainda dependem de desigualdade de exposição, redes privadas de influência, emendas e estruturas locais caras. A proposta é financiamento exclusivamente público com critérios transparentes, teto baixo de gasto, distribuição que combine votos anteriores, igualdade de gênero e raça, desempenho programático e espaço para novos partidos. Doações de pessoas físicas podem ser substituídas por vouchers democráticos: cada eleitor recebe crédito público pequeno para direcionar a partido ou candidato.

A contrapartida é prestação de contas em tempo real. Cada gasto de campanha aparece em portal público. Impulsionamento digital tem biblioteca de anúncios, público-alvo, valor e responsável. Caixa dois vira causa de perda de mandato quando comprovado por decisão judicial célere.

9.3 Voto em lista fechada e cláusula de desempenho

O voto proporcional em lista aberta personaliza demais a política, encarece campanhas e enfraquece programas. A proposta é lista fechada democrática: partidos apresentam lista ordenada em prévias internas transparentes, com paridade de gênero, representação racial e regras regionais. O eleitor vota no programa partidário. Isso fortalece responsabilidade coletiva: se o partido trai o programa, perde voto na eleição seguinte.

A redução do número de partidos deve vir por cláusula de desempenho de 3% nacional, preservando federações e transição para minorias ideológicas reais. O objetivo não é calar pluralidade; é impedir legendas cartoriais sem programa. Partidos que não alcançam desempenho podem existir, mas perdem acesso amplo a fundo e tempo de TV até crescerem organicamente.

9.4 Orçamento participativo federal

O orçamento participativo federal começa com 5% do orçamento discricionário, não do orçamento total. A população decide prioridades por região e tema: UBS, escola, creche, saneamento, transporte, moradia, cultura, internet, segurança alimentar, esporte, adaptação climática. O processo combina assembleias locais, plataforma digital, conferências regionais e voto verificável. A execução fica no orçamento, com cronograma e prestação de contas.

Esse instrumento tem função política e pedagógica. A população aprende o custo das escolhas, o Estado aprende a escutar e a corrupção fica mais difícil porque projetos têm dono social. O orçamento participativo não substitui planejamento técnico; ele define prioridades dentro de carteiras tecnicamente viáveis.

9.5 Plebiscitos vinculantes e recall

Leis de grande impacto, acima de 1% do PIB em custo ou renúncia, privatizações estratégicas, reformas constitucionais sensíveis e tratados econômicos estruturais devem passar por plebiscito ou referendo. A consulta precisa ser vinculante, com informação pública equilibrada e regras rígidas de financiamento de campanha.

O recall permite revogação de mandato quando 30% do eleitorado correspondente solicita consulta. O percentual alto evita instabilidade banal. Para presidente, governador e prefeito, o recall só pode ocorrer após metade do mandato e uma vez por mandato. Para parlamentares, deve ser compatível com sistema proporcional, usando voto no partido e na lista. O recall não pode ser arma de mercado ou mídia; por isso exige assinatura auditável, prazo e financiamento transparente.

9.6 Medidas concretas da Parte 9

1. M46: PEC da Reforma Política Democrática. Lista fechada, financiamento público, cláusula de desempenho e democracia interna partidária.
2. M47: Lei do Voucher Democrático. Eleitor direciona pequeno valor público para partido ou candidatura.
3. M48: Portal de Campanha em Tempo Real. Gastos, anúncios digitais, fornecedores e doadores autorizados aparecem publicamente.
4. M49: Orçamento Participativo Federal. 5% do orçamento discricionário decidido por processo participativo.
5. M50: Lei de Plebiscitos Vinculantes. Gatilhos para leis de alto impacto fiscal, privatizações estratégicas e revisão constitucional.
6. M51: Recall com 30% do eleitorado. Revogação de mandato com salvaguardas contra abuso e instabilidade.

10. Parte 10: Reforma do Judiciário e das Forças Armadas

10.1 Reforma do Judiciário

O Judiciário brasileiro combina funções essenciais de proteção de direitos com problemas de corporativismo, lentidão, privilégios, insegurança jurídica e poder político pouco controlado democraticamente. A reforma deve proteger independência judicial, mas reduzir aristocracia institucional. A meta não é submeter juiz a partido; é submeter todo poder público à República.

O plano propõe mandatos fixos de 10 anos para ministros do STF, não renováveis, com transição que respeite mandatos atuais ou crie regra de saída progressiva por idade e tempo. Nomeações passam por sabatina mais rigorosa, lista pública de critérios, quarentena contra conflito de interesse e aprovação por maioria qualificada. O STF mantém controle constitucional, mas decisões monocráticas em temas de grande impacto passam a ter prazo curto para referendo do plenário.

O foro privilegiado deve acabar ou ser reduzido drasticamente a poucos cargos e crimes estritamente ligados ao mandato. Auxílios e penduricalhos incompatíveis com teto constitucional devem ser eliminados. O Conselho Nacional de Justiça ganha poderes de auditoria, transparência patrimonial e metas de produtividade, preservando independência decisória. A Defensoria Pública deve ser fortalecida, porque acesso à Justiça é parte da democracia.

10.2 Forças Armadas: controle civil e missão nacional

As Forças Armadas devem defender o país, não arbitrar política. O plano adota uma estratégia em três fases. Na Fase 1, não provocar crises simbólicas desnecessárias: preservar orçamento operacional, respeitar hierarquia profissional e retirar militares de cargos civis gradualmente. Na Fase 2, redirecionar missão para defesa da Amazônia, fronteiras, mar territorial, ciberdefesa, satélites, engenharia, proteção climática e indústria nacional de defesa. Na Fase 3, com apoio popular consolidado, reformar educação militar, previdência, carreira e doutrina de garantia da lei e da ordem.

O Ministro da Defesa deve ser obrigatoriamente civil, com autoridade real sobre orçamento, promoções estratégicas e política de defesa. A presença de militares da ativa em cargos civis deve ser proibida, salvo missões técnicas temporárias. Currículos das academias devem enfatizar

Constituição, direitos humanos, soberania democrática, história crítica do autoritarismo, defesa cibernética e tecnologia.

10.3 Desmilitarização da segurança pública

A desmilitarização das Polícias Militares exige PEC, transição longa e diálogo com servidores. O objetivo é transformar PMs em polícias civis de ciclo completo, com carreira, investigação, policiamento ostensivo, controle externo, formação em direitos humanos, uso proporcional da força e valorização salarial. A mudança não pode ser apenas troca de nome. Precisa integrar inteligência, perícia, prevenção, policiamento comunitário e controle de letalidade.

Policiais também são trabalhadores expostos a risco. A reforma deve melhorar formação, saúde mental, salário, equipamento e proteção jurídica para atuação correta. Ao mesmo tempo, crimes de Estado, milícias, execuções e corrupção policial precisam ser enfrentados com corregedorias independentes e Ministério Público atuante.

10.4 Medidas concretas da Parte 10

1. M52: PEC do STF com mandato de 10 anos. Regra de transição, sabatina qualificada e limites a decisões monocráticas.
2. M53: Fim do foro privilegiado. Restrição a casos excepcionais e crimes ligados ao mandato.
3. M54: Lei de Integridade do Judiciário. Transparência de penduricalhos, teto real, produtividade e patrimônio.
4. M55: Ministro da Defesa civil obrigatório. Controle civil formal e material sobre política de defesa.
5. M56: Plano Defesa Amazônia e Fronteiras. Redireciona orçamento e prestígio militar para missões constitucionais.
6. M57: PEC de Desmilitarização da Segurança Pública. Transição em 10 anos para polícias de ciclo completo e controle civil.

11. Parte 11: Estratégia de transição: cronograma realista

11.1 Lógica das quatro fases

A transição precisa criar resultados antes de pedir reformas mais profundas. O erro político seria começar por medidas altamente simbólicas, assustar a população e entregar pouco no cotidiano. A ordem correta é: melhorar vida concreta, construir maioria social, aprovar reformas fiscais e políticas, recuperar setores estratégicos, consolidar participação popular e só então revisar estruturas mais resistentes.

11.2 Fase 1: anos 1 a 5

A Fase 1 é de credibilidade social e fiscal. O governo aprova reforma tributária progressiva inicial, aumenta combate à evasão, fortalece estatais existentes, expande programas sociais com foco em entregas rápidas e constrói maioria parlamentar. Não há aventura cambial, calote, ruptura institucional ou estatização generalizada.

Prioridades: IR sobre dividendos, cadastro patrimonial, revisão de renúncias, Receita Federal reforçada, UBS, creches, moradia, crédito para pequenos negócios, redução de juros abusivos do cartão, portal de transparência de estatais, política industrial verde, retomada de refinarias por negociação e projetos-modelo de reforma agrária.

11.3 Fase 2: anos 6 a 10

A Fase 2 é de mudança estrutural visível. Com base fiscal maior e apoio social acumulado, o país amplia reforma agrária, reestatização por não renovação de concessões, cogestão empresarial, reforma política, orçamento participativo federal e democracia direta. A renda de cidadania atinge cobertura robusta. A escola integral e a creche universal entram em escala.

Prioridades: lei de cogestão, fundo soberano capitalizado, recontrole de energia e saneamento, expansão ferroviária, reforma política, plebiscitos vinculantes, assentamentos completos em escala, produção pública de medicamentos e política industrial com metas de exportação.

11.4 Fase 3: anos 11 a 15

A Fase 3 é de reforma institucional profunda. Com serviços melhores e maioria social mais estável, entram temas que exigem mais confiança: mandato dual do Banco Central, reforma do Judiciário, renda básica universal de direito, reforma das Forças Armadas e desmilitarização da segurança pública. O objetivo é impedir que instituições permanentes bloqueiem democraticamente o projeto aprovado pela população.

Prioridades: mandato fixo no STF, fim do foro privilegiado, mandato dual do Banco Central, renda de cidadania integrada ao IR, Defesa civil forte, reforma curricular militar, transição das polícias e consolidação do sistema nacional de planejamento.

11.5 Fase 4: anos 16 a 20

A Fase 4 é de consolidação constitucional. O país revisa artigo por artigo o que precisa ser constitucionalizado, por meio de conferências, assembleias temáticas, Congresso e plebiscitos. Não se trata de apagar 1988; trata-se de atualizar a Constituição para proteger conquistas testadas: fundo soberano, direitos universais, democracia participativa, controle público de recursos naturais, cogestão e regra fiscal de desenvolvimento.

11.6 Marcos anuais e metas verificáveis

Ano	Marcos principais	Metas verificáveis
1	Plebiscito programático, reforma inicial de dividendos, Receita Federal reforçada, portal de estatais, pacote de crédito pequeno negócio	Recuperar R$ 30-50 bi de evasão, reduzir juros do rotativo, 5 mil novas equipes de saúde, 100 mil moradias contratadas
2	IGF aprovado, cadastro patrimonial, plano de creches, política industrial verde, início de recompra estratégica	10 mil equipes de saúde, 200 mil vagas de creche, R$ 40 bi em crédito industrial condicionado
3	Revisão de gastos tributários, fundo soberano criado, projetos-modelo de assentamento completo, produção pública de medicamentos	Cortar R$ 20-30 bi em renúncias regressivas, 30 mil famílias assentadas, 150 medicamentos essenciais priorizados
4	Lei de setores estratégicos, plano ferroviário, expansão de moradia, compras públicas da agricultura familiar	300 mil moradias por ano, 40 mil famílias assentadas, 25% das escolas em tempo integral
5	Avaliação popular da Fase 1, pacote de maioria parlamentar, tarifa social ampliada	Pobreza extrema reduzida pela metade, arrecadação adicional acima de R$ 180 bi, investimento público em 3% do PIB
6	Lei de cogestão, reforma política enviada, recontrole de energia em curso	Conselhos de trabalhadores em estatais e concessionárias, 60 mil famílias assentadas
7	Orçamento participativo federal, plebiscitos vinculantes, saneamento público regional	5% do orçamento discricionário participativo, 70% de cobertura de esgoto nas regiões prioritárias
8	Reestatizações por não renovação, expansão ferroviária, creche em escala	350 mil moradias anuais, 50% das crianças de 0-3 em creche pública ou conveniada de qualidade
9	Reforma agrária em escala, escola integral, renda de cidadania ampliada	80 mil famílias assentadas, 50% do fundamental em tempo integral, piso de R$ 800 para adultos em pobreza extrema
10	Revisão da Fase 2 em plebiscito, consolidação do fundo soberano	Pobreza extrema residual, arrecadação adicional acima de R$ 330 bi, investimento público em 4% do PIB
11	Mandato dual do Banco Central, reforma do STF enviada	Metas de emprego publicadas, juros reais em queda estrutural, filas do SUS reduzidas por indicador nacional
12	Fim do foro privilegiado, renda de cidadania integrada ao IR	Cadastro tributário universal, 70% da atenção básica com equipe completa
13	Defesa Amazônia e fronteiras, reforma curricular militar	Redução de militares da ativa em cargos civis a casos técnicos excepcionais
14	PEC de desmilitarização, polícias de ciclo completo piloto	Redução de letalidade policial, corregedorias independentes implantadas
15	Avaliação da Fase 3, pacto constitucional	Renda mínima garantida, 75% do fundamental integral, 1 milhão de famílias assentadas acumuladas
16	Conferências constitucionais temáticas	Minutas públicas sobre direitos, economia, democracia e defesa
17	Plebiscitos por bloco constitucional	Aprovação popular de regras testadas
18	Ajustes federativos e consolidação fiscal	Dívida líquida estabilizada em trajetória sustentável, investimento acima de 4% do PIB
19	Revisão de estatais e serviços universais	Auditoria pública de qualidade e produtividade
20	Consolidação do socialismo democrático brasileiro	Desigualdade de riqueza reduzida, serviços universais consolidados, planejamento democrático permanente

11.7 Quadro de custos por fase

Fase	Custo adicional anual ao fim da fase	Receita adicional anual ao fim da fase	Resultado esperado
Anos 1-5	R$ 160-250 bi	R$ 180-280 bi	Ganho social rápido com prudência fiscal
Anos 6-10	R$ 320-500 bi	R$ 330-520 bi	Mudanças estruturais e investimento alto
Anos 11-15	R$ 470-680 bi	R$ 450-700 bi	Universalização de direitos e reformas institucionais
Anos 16-20	R$ 520-780 bi	R$ 495-815 bi	Consolidação com revisão democrática

12. Parte 12: Gestão do medo e comunicação política

12.1 O problema do medo

O maior adversário da transição não é apenas econômico; é emocional. Parte da população associa qualquer proposta socialista a escassez, autoritarismo, hiperinflação, perda de propriedade, Venezuela, Cuba, fila, censura e desemprego. Ignorar esse medo é erro grave. A comunicação deve ser honesta: explicar o que muda, o que não muda, quem ganha, quem paga mais e quais são as garantias institucionais.

A regra de ouro é: mostrar primeiro para quem não muda nada, depois para quem ganha, por fim para quem perde privilégios. O pequeno comerciante precisa ouvir que sua loja continua dele. A família que tem uma casa precisa ouvir que ninguém vai tomá-la. O produtor rural regular precisa ouvir que sua fazenda produtiva continua privada. Só depois se explica que bilionários, rentistas, sonegadores, grileiros, monopólios e heranças gigantes pagarão mais.

12.2 Seis medos principais e respostas

Medo	Resposta política	Prova prática
"Vão tomar minha casa, minha loja ou meu carro."	O plano protege propriedade pessoal, pequenos negócios e produção legal. A ação do Estado mira setores estratégicos, grilagem, latifúndio improdutivo e riqueza extrema.	Lei com cláusula expressa de proteção a moradia familiar, pequenos negócios e patrimônio abaixo de altos limites.
"O Brasil vai virar Venezuela ou Cuba."	O modelo de referência é Noruega, Suécia, Alemanha, Canadá, Coreia do Sul e Suíça: democracia, mercado regulado, serviços universais e plebiscitos.	Indicadores públicos: reservas cambiais, produção diversificada, eleições livres, imprensa livre, contratos honrados.
"O Estado é incompetente e corrupto."	Corrupção existe no público e no privado. A resposta é transparência radical, governança profissional, auditoria e participação social.	Portal de estatais, metas trimestrais, conselhos com trabalhadores e usuários, punição rápida.
"Imposto vai cair na classe média."	A reforma começa no topo: grandes fortunas acima de R$ 50 milhões, dividendos altos, heranças milionárias, evasão e renúncias regressivas.	Simulador público mostra impacto por renda e patrimônio.
"O dólar vai explodir e a inflação vai voltar."	O plano preserva reservas, usa câmbio administrado, controla capital especulativo e mantém meta de inflação com emprego.	Comunicação prévia com investidores produtivos e plano macroeconômico publicado no dia 1.
"Empresas vão embora e o emprego acaba."	Empresas produtivas terão crédito, demanda pública, infraestrutura e mercado interno mais forte. O alvo é rentismo, monopólio e sonegação.	Contratos de investimento, PPPs com retorno justo e política industrial verde anunciada nos primeiros meses.

12.3 Linguagem da transição

Algumas palavras carregam medo e fecham conversa antes do argumento. A comunicação popular deve evitar termos que pareçam ameaça abstrata. Isso não significa mentir ou esconder o projeto; significa falar na linguagem da vida cotidiana.

Evitar como primeira palavra	Usar no lugar	Por quê
Estatização	Estado retoma o controle do que é de todos	Explica propriedade pública por função social
Socialismo	País como a Noruega, com SUS forte, escola boa e emprego	Começa por exemplo concreto
Revolução	Transformação gradual e votada	Reduz medo de ruptura
Burguesia	Super-ricos, rentistas e monopólios	Identifica quem paga mais sem atacar pequenos empresários
Luta de classes	Justiça para quem trabalha e produz	Fala com trabalhador e empreendedor produtivo
Controle de capitais	Taxa contra especulação de curtíssimo prazo	Protege investimento produtivo

12.4 Ações simbólicas nos primeiros 100 dias

1. Redução dos juros do cartão de crédito e rotativo. Usar regulação, competição bancária, bancos públicos e portabilidade para mostrar que o Estado enfrenta abuso cotidiano.
2. Publicação da lista agregada de isentos e subtributados acima de R$ 600 mil anuais. Sem expor dados pessoais indevidamente, mostrar quantos contribuintes de alta renda pagam pouco por dividendos e brechas.
3. Portal de transparência das estatais. Contratos, investimentos, indicadores, salários de dirigentes e metas em linguagem simples.
4. Primeiro assentamento completo. Entregar projeto com casa, escola, UBS, internet, estrada, crédito, agroindústria e compra pública, para diferenciar reforma agrária de abandono.
5. Mutirão nacional de filas do SUS. Dados públicos e metas mensais por especialidade.
6. Pacote pequeno negócio. Crédito barato, renegociação de dívidas e proteção contra juros abusivos de maquininhas e capital de giro.

12.5 Medidas concretas da Parte 12

1. M58: Simulador Público da Reforma Tributária. Cada cidadão vê se paga mais, menos ou igual.
2. M59: Painel Nacional de Entregas. Mostra UBS, creches, moradias, escolas integrais, assentamentos e obras.
3. M60: Rede de Porta-Vozes Setoriais. Médicos, professores, pequenos empresários, agricultores familiares, engenheiros e economistas explicam medidas concretas.
4. M61: Comunicação de Garantias. Campanha permanente sobre o que não será estatizado: casa, loja, pequenos negócios, fazenda produtiva e poupança comum.

13. Parte 13: Contramedidas para obstáculos reais

13.1 Reação do mercado financeiro: fuga de capitais, dólar e juros

No dia 1, o governo deve presumir pressão cambial, ruído de mercado, queda de bolsa e tentativa de enquadramento pela imprensa econômica. A resposta não é pânico nem provocação. É plano técnico público. O país tem reservas internacionais em torno de centenas de bilhões de dólares, próximas da referência de US$ 350 bilhões em anos recentes, sistema bancário regulado, produção diversificada, grandes exportações e mercado interno. Isso dá margem para transição responsável.

O pacote do dia 1 deve incluir: compromisso de honrar dívida pública; manutenção de meta de inflação com mandato dual a ser discutido; calendário de reforma tributária progressiva; regra fiscal de desenvolvimento; diálogo com investidores produtivos; garantia a investimento direto estrangeiro; IOF antiespeculativo preparado; leilões de swap cambial se houver disfuncionalidade; e comunicação unificada entre Fazenda, Planejamento, Banco Central e bancos públicos.

A comunicação com investidores deve ser ativa, segmentada e contratual. Nos primeiros 120 dias, Fazenda, Planejamento, BNDES, ApexBrasil e Itamaraty organizam rodadas com investidores industriais, fundos de infraestrutura, bancos multilaterais, NDB, BID, CAF, bancos públicos europeus e asiáticos, empresas de energia, fármacos, máquinas, tecnologia e saneamento. A mensagem é simples: capital produtivo terá estabilidade; capital especulativo terá custo maior; monopólio rentista perderá privilégio. O governo apresenta a Cláusula de Estabilidade Regulatória de 15 anos, a carteira de projetos, a TIR máxima para PPPs com garantia pública, os mecanismos de arbitragem transparente e o cronograma tributário.

Público	Mensagem	Instrumento
Investidor direto industrial	Regras estáveis por 15 anos se cumprir metas	Contrato de estabilidade, BNDES, Finep e compras públicas
Fundos de infraestrutura	Retorno justo, previsível e sem renda abusiva	PPP com TIR máxima, garantias parciais e repartição de ganhos
Bancos multilaterais e NDB	Projetos verdes e sociais auditáveis	Carteira plurianual, moeda local e blended finance
Exportadores e importadores	Câmbio administrado e canais em moedas locais	Hedge público seletivo e acordos de pagamento
Mercado financeiro de curto prazo	O país honra contratos, mas taxa especulação	IOF por prazo, transparência e comunicação macroeconômica

Se houver fuga especulativa, a resposta é escalonada. Primeiro, intervenção cambial e comunicação. Segundo, IOF por prazo e derivativos. Terceiro, exigência de depósito não remunerado para entradas e saídas curtíssimas. Quarto, limites temporários a operações específicas de derivativos se houver ataque coordenado. Tudo com prazo, base legal e revisão parlamentar. Controle seletivo não pode virar fechamento financeiro permanente.

13.2 Centrão e Congresso

O Congresso não será convertido por discurso moral. A estratégia é separar medidas em três grupos: as que passam já, as que exigem negociação ampla e as que exigem maioria progressista futura. No primeiro grupo entram combate à evasão, redução de filas, crédito para pequenos negócios, transparência e partes da reforma tributária. No segundo entram dividendos, renúncias, orçamento participativo, saúde e educação. No terceiro entram reforma política profunda, reestatizações sensíveis, STF, Forças Armadas e plebiscitos estruturais.

O plano constrói poder eleitoral gradualmente. A entrega de serviços universais fortalece base social. A reforma política reduz fragmentação. O orçamento participativo cria lideranças locais. A negociação parlamentar deve ser transparente: emendas com critério público, nada de orçamento secreto. O objetivo não é acabar com negociação; é acabar com chantagem opaca.

13.3 Judiciário conservador

Cada reforma deve nascer com base constitucional explícita, pareceres públicos, respeito a direito adquirido quando aplicável, transição razoável e consulta social. O Judiciário pode barrar improvisos, mas tem mais dificuldade para barrar política pública bem fundamentada na Constituição de 1988. O plano usa os artigos sobre objetivos fundamentais, direitos sociais, ordem econômica, função social da propriedade, saúde, educação e planejamento.

A renovação do STF ocorre ao longo do tempo. Não há empacotamento judicial. A reforma de mandato fixo é prospectiva ou com transição pactuada. Enquanto isso, o governo reduz judicialização por qualidade técnica: projetos bem escritos, impacto fiscal claro, consulta prévia, advocacia pública forte e diálogo federativo.

13.4 Forças Armadas

A estratégia é não provocar no curto prazo, redirecionar no médio prazo e reformar no longo prazo. Na Fase 1, o governo evita humilhações simbólicas e aventuras retóricas. Ao mesmo tempo, retira militares da política civil por regra impessoal. Na Fase 2, aumenta prestígio profissional em defesa da Amazônia, fronteiras, indústria, cibersegurança e ciência. Na Fase 3, com apoio popular, altera currículo, previdência, GLO e controle civil.

Essa estratégia não é concessão a tutela militar. É gestão de risco democrático. O objetivo final é Forças Armadas profissionais, obedientes ao poder civil e orgulhosas de defender soberania, não de arbitrar eleição.

13.5 Mídia hostil

Parte da mídia será hostil por convicção ideológica, interesses econômicos ou dependência de anunciantes. A resposta não deve ser censura. Deve ser pluralidade, transparência e comunicação direta. Fortalecer comunicação pública independente, rádios comunitárias, mídia regional, produção cultural, dados abertos e direito de resposta célere. Verbas públicas de publicidade devem seguir critérios técnicos de alcance, regionalização e diversidade, sem prêmio a bajulação.

O governo deve responder críticas com dados, não com perseguição. Toda estatal e ministério precisa de painel público. Quando a mídia disser que uma política fracassou, os dados devem permitir verificar. Comunicação boa não substitui entrega; amplia a visibilidade da entrega.

13.6 Medo da população e comparação com Venezuela ou Cuba

A comparação com Venezuela será inevitável. A resposta precisa ser concreta. O Brasil tem economia diversificada, agronegócio forte, indústria ainda relevante, grande mercado interno, reservas internacionais, sistema financeiro sólido, Constituição de 1988, eleições competitivas, Judiciário independente, federalismo e imprensa privada. A transição proposta não concentra poder em partido único, não fecha Congresso, não elimina propriedade privada e não depende de um único produto de exportação.

O quadro comparativo deve ser repetido:

Tema	Brasil no plano	Venezuela como medo público
Estrutura produtiva	Diversificada: agro, indústria, serviços, energia, mineração	Dependência extrema de petróleo
Regime político	Eleições livres, plebiscitos, Congresso, Judiciário	Medo de concentração de poder
Propriedade privada	Preservada fora de setores estratégicos e ilegalidades	Medo de expropriação ampla
Macroeconomia	Reservas, meta de inflação, política fiscal, câmbio administrado	Medo de hiperinflação e colapso cambial
Referências	Noruega, Alemanha, Suécia, Canadá, Suíça e Coreia do Sul	Cuba e Venezuela

13.7 Medidas concretas da Parte 13

1. M62: Plano Dia 1 de Estabilidade. Mensagem conjunta com reservas, câmbio, dívida, inflação, investimento produtivo e calendário legal.
2. M63: Lei de Controle Seletivo de Capitais. Instrumentos temporários, proporcionais e revisáveis.
3. M64: Mesa Permanente com Congresso. Separa medidas imediatas, negociáveis e dependentes de nova maioria.
4. M65: Núcleo Constitucional de Reformas. AGU, universidades, juristas e sociedade civil revisam base jurídica antes do envio.
5. M66: Plano de Defesa Democrática. Redireciona Forças Armadas sem confronto simbólico inicial.
6. M67: Sistema Público de Dados e Comunicação. Painéis em tempo real reduzem dependência de intermediários hostis.

14. Parte 14: Conclusão

14.1 A aposta central

A aposta central deste plano é que a democracia brasileira é forte o suficiente para se transformar a si mesma. O Brasil não precisa escolher entre desigualdade com liberdade formal e autoritarismo com promessa social. Pode escolher uma terceira via mais exigente: democracia política com democracia econômica, mercado produtivo com Estado estratégico, propriedade privada com função social, direitos universais com responsabilidade fiscal e soberania nacional com integração internacional.

O plano não é para um governo. É para uma geração. Vinte anos é tempo suficiente para mudar a estrutura fiscal, criar serviços universais robustos, recuperar controle de setores estratégicos, reduzir concentração de riqueza, democratizar empresas, reformar instituições e provar que a vida concreta da população melhorou. Também é tempo suficiente para corrigir erros. Por isso as metas são anuais, os custos são em faixas, as reformas são graduais e os plebiscitos são centrais.

O socialismo democrático brasileiro aqui proposto não começa confiscando; começa entregando UBS, creche, moradia, renda, emprego, crédito barato e transparência. Não começa fechando mercado; começa exigindo que mercado sirva ao desenvolvimento. Não começa atacando pequenos proprietários; começa cobrando grandes fortunas, dividendos, heranças extremas, sonegação, grilagem e monopólios. Não começa negando a Constituição; começa realizando as promessas sociais da Constituição de 1988.

14.2 Frase final

O Brasil não precisa esperar ficar rico para ser justo; precisa se tornar justo para finalmente realizar toda a riqueza que já tem.

15. Anexo técnico: indicadores, salvaguardas e governança

15.1 Como medir se a transição está funcionando

Um plano de 20 anos precisa de indicadores que não dependam da boa vontade do governo de turno. A transição só deve ser considerada bem-sucedida se melhorar simultaneamente vida concreta, capacidade produtiva, igualdade, soberania e qualidade democrática. Crescimento econômico sem redução de desigualdade é insuficiente. Transferência de renda sem aumento de produtividade é vulnerável. Controle público sem transparência vira captura. Democracia participativa sem entrega vira ritual vazio.

O sistema de monitoramento deve ser público, anual e auditável. O IBGE, Ipea, Tesouro, Banco Central, Receita Federal, Tribunal de Contas da União, universidades públicas e conselhos sociais devem produzir um Painel Nacional da Transição, com séries históricas, metodologia aberta e dados por território. A cada quatro anos, antes da eleição nacional, o governo deve publicar um balanço independente: metas cumpridas, metas atrasadas, custo fiscal, impacto distributivo e revisão de prioridades.

Dimensão	Indicador principal	Meta de 20 anos	Observação
Pobreza	Percentual da população em pobreza extrema	Residual, abaixo de 2%	Medida por renda, acesso a serviços e insegurança alimentar
Desigualdade	Gini de renda e participação do 1% na riqueza	Queda consistente por quatro ciclos	Combinar PNAD, IRPF, contas nacionais e dados patrimoniais
Saúde	Cobertura de ESF e tempo de espera por procedimentos	100% de cobertura e fila dentro de prazo clínico	Indicadores por região e especialidade
Educação	Creche 0-3, tempo integral e aprendizagem	Universalização progressiva e melhora real	Medir acesso e qualidade, não só matrícula
Moradia	Déficit habitacional e imóveis ociosos em áreas centrais	Redução de pelo menos 70%	Incluir urbanização, saneamento e localização
Trabalho	Informalidade, salário mediano e produtividade	Informalidade abaixo de 20%	Produtividade setorial e renda do trabalho
Indústria	Participação de setores tecnológicos e verdes	Reindustrialização mensurável	Exportações de maior valor agregado
Soberania	Participação pública em energia, água, recursos naturais e crédito	Controle público efetivo nos setores estratégicos	Não exige monopólio estatal integral
Democracia	Participação em plebiscitos, orçamento participativo e confiança institucional	Participação crescente e plural	Medir inclusão por renda, raça, gênero e território
Fiscal	Receita progressiva adicional, dívida líquida e investimento público	Receita madura e investimento acima de 4% do PIB	Sustentabilidade com crescimento

15.2 Gatilhos de correção e responsabilidade fiscal democrática

O plano deve ter gatilhos de correção para evitar dois riscos opostos: austeridade automática e gasto sem base real. A regra fiscal de desenvolvimento precisa permitir investimento anticíclico, mas também exigir revisão quando a arrecadação estrutural ficar abaixo do previsto. Se a receita progressiva de uma fase vier 20% abaixo da banda inferior por dois anos consecutivos, novos programas permanentes entram em pausa até revisão. Programas já implantados, como saúde, educação básica e renda contra pobreza extrema, não são cortados automaticamente; o ajuste começa por renúncias fiscais, gasto financeiro, contratos caros, supersalários, compras ineficientes e subsídios regressivos.

Se a inflação acelerar por choque de demanda interna, o governo deve escalonar gasto, usar estoques reguladores, reduzir gargalos de oferta, ampliar importações temporárias e coordenar política monetária. Se a inflação vier de câmbio, energia, alimentos ou commodities, juros altos isoladamente podem piorar o quadro. A resposta deve combinar câmbio administrado, estoques, política agrícola, regulação de combustíveis, investimento em logística e proteção de renda focalizada.

Se a dívida pública subir por investimento produtivo com crescimento, o indicador correto não é apenas dívida bruta, mas dívida líquida, custo real da dívida, prazo médio, moeda de denominação, capacidade de arrecadação e retorno social do investimento. Se a dívida subir por gasto corrente improdutivo, renúncia fiscal ou juros excessivos, a política precisa ser revista. A regra é simples: endividar para construir futuro pode ser legítimo; endividar para sustentar privilégio não é.

15.3 Governança federativa

O Brasil é uma federação. Saúde, educação, segurança, saneamento, habitação, assistência e uso do solo dependem de estados e municípios. Um plano nacional que ignore prefeitos e governadores fracassa. A transição deve criar pactos federativos com dinheiro, metas e contrapartidas. A União financia mais porque tem maior capacidade fiscal; estados coordenam regiões; municípios executam serviços de proximidade.

Na saúde, a União deve financiar atenção básica, carreira nacional e complexo industrial; estados coordenam hospitais regionais; municípios operam UBS e vigilância territorial. Na educação, a União equaliza financiamento e define padrões; estados cuidam do ensino médio técnico; municípios universalizam creche e fundamental com apoio financeiro. Na moradia, municípios identificam terrenos, imóveis vazios e projetos urbanos; União e bancos públicos financiam; estados coordenam regiões metropolitanas. Na reforma agrária, União lidera Incra, crédito e terras federais; estados apoiam regularização, extensão rural e infraestrutura.

O pacto federativo precisa premiar desempenho sem punir população pobre por falha de governo local. Se um município não executar, a União pode apoiar consórcio, universidade pública, estatal ou cooperativa habilitada. O dinheiro segue a meta, mas a população não deve ser refém de prefeitura incapaz.

15.4 Capacidade administrativa

Não basta aprovar leis. O Estado brasileiro perdeu capacidade de planejar, projetar, executar obras, fiscalizar contratos e manter serviços. A transição exige reconstruir essa capacidade. Isso significa concursos, carreiras técnicas, escolas de governo, digitalização, engenharia pública, compras inteligentes, planejamento territorial e proteção contra loteamento político.

Cada ministério central deve ter uma unidade de entrega com metas mensais, mas subordinada a controle social e técnico, não a propaganda. O governo deve recompor quadros no Incra, Ibama, ICMBio, Receita Federal, Funai, INSS, Fiocruz, universidades, institutos federais, DNIT, planejamento urbano, engenharia sanitária e tecnologia pública. Sem gente qualificada, qualquer plano vira peça retórica.

Compras públicas são um ponto crítico. O Estado deve comprar rápido, bem e sem corrupção. A regra deve combinar cadastro público de fornecedores, preços de referência, contratação por desempenho, margem para inovação nacional, auditoria em tempo real e punição dura para fraude. Em obras, projeto executivo antes da contratação deve ser regra, com exceções justificadas. Em tecnologia, o Estado deve evitar dependência de fornecedores únicos e priorizar software livre quando fizer sentido.

15.5 Caminho legal por tipo de medida

Nem tudo exige PEC. Organizar o caminho jurídico evita conflito desnecessário e ajuda a montar maioria.

Tipo de medida	Instrumento provável	Exemplos
Política pública com orçamento	Lei ordinária e PPA, LDO, LOA	UBS, creche, moradia, ATER, compras públicas
Reforma tributária infraconstitucional	Lei ordinária ou complementar	Dividendos, norma antielisão, fiscalização, revisão de benefícios
Mudança federativa ou competência tributária	PEC e lei complementar	Herança progressiva nacional, ITR municipalizado com piso efetivo
Democracia direta e reforma política	PEC e lei complementar	Lista fechada, recall, plebiscitos vinculantes
Setores estratégicos e privatizações	Lei ordinária, lei complementar e plebiscito em casos definidos	Cláusula antiprivatização, fundo de recontrole público
Reforma do Judiciário	PEC, lei complementar e regimento	Mandato do STF, foro privilegiado, decisões monocráticas
Forças Armadas e segurança pública	PEC, leis complementares e leis orgânicas	Defesa civil obrigatória, desmilitarização, GLO
Política macroeconômica	Lei complementar e atos regulatórios	Mandato dual do Banco Central, IOF seletivo, regra fiscal de desenvolvimento

Esse mapeamento mostra por que a transição é longa. O primeiro governo pode fazer muito, mas não tudo. A honestidade estratégica é admitir que algumas mudanças dependem de maioria social acumulada, vitórias eleitorais sucessivas e plebiscitos.

15.6 Matriz de riscos e respostas

Risco	Probabilidade	Impacto	Resposta
Arrecadação progressiva abaixo do previsto	Média	Alto	Faseamento de despesas, revisão de renúncias, combate à evasão, avaliação semestral
Inflação por choque cambial ou alimentos	Média	Alto	Câmbio administrado, estoques, política agrícola, logística, importação temporária, proteção focalizada
Captura de estatais por partidos ou grupos privados	Média	Alto	Conselhos profissionais, trabalhadores, usuários, auditoria, portal público, quarentena e punição
Judicialização de reformas	Alta	Médio a alto	Base constitucional explícita, transição razoável, pareceres públicos, diálogo federativo
Resistência militar ou policial	Baixa a média	Alto	Controle civil gradual, missão profissional valorizada, reforma com apoio popular e sem humilhação simbólica
Fuga de capitais especulativos	Média	Médio a alto	Reservas, IOF seletivo, comunicação macroeconômica, garantia a investimento produtivo
Baixa capacidade de execução local	Alta	Médio	Consórcios, assistência técnica federal, estatais, universidades, metas e substituição de executor incapaz
Campanha de medo	Alta	Alto	Comunicação de garantias, entregas rápidas, dados abertos, comparação com modelos democráticos
Corrupção em obras e compras	Média	Alto	Projeto executivo, dados abertos, auditoria preventiva, controle social, punição contratual
Conflito com agronegócio produtivo	Média	Médio	Diferenciar produtivo de ilegal, crédito verde, ITR progressivo e diálogo por cadeias

15.7 Salvaguardas democráticas

A transição precisa de salvaguardas para que o remédio não crie nova concentração de poder. A primeira é pluralismo político: nenhum partido pode se confundir com o Estado. Empresas públicas, escolas, hospitais, Forças Armadas, universidades e conselhos não podem virar instrumentos partidários. A segunda é liberdade civil integral: imprensa livre, oposição livre, religião livre, sindicatos livres, direito de protesto e Judiciário independente. A terceira é propriedade privada protegida fora dos casos legais: casa, pequeno negócio, poupança comum, fazenda produtiva e empresa regular não são alvo.

A quarta salvaguarda é transparência radical. Quanto maior o Estado, maior deve ser a visibilidade de contratos, metas e decisões. A quinta é participação social com diversidade. Conselhos não podem ser dominados por grupos já organizados. Usuários comuns, periferias, mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, pequenos empresários e trabalhadores informais precisam de canais reais. A sexta é avaliação independente. Universidades, TCU, Ministério Público, Defensoria, imprensa e sociedade civil devem poder fiscalizar sem retaliação.

A sétima salvaguarda é cláusula de revisão. Políticas que não funcionam devem ser corrigidas. O socialismo democrático não pode virar culto a programa fracassado. Se uma estatal presta serviço ruim, troca direção, muda governança ou perde monopólio. Se um benefício fiscal produtivo funciona, continua. Se uma regra de controle de capital atrapalha investimento produtivo, é ajustada. A finalidade é bem-estar e soberania, não fidelidade a instrumento específico.

15.8 Como avaliar cada fase

No fim do ano 5, a pergunta principal é: a população sentiu melhora concreta sem crise macroeconômica? Indicadores mínimos: pobreza extrema em queda forte, filas do SUS menores, creche em expansão, moradia contratada, arrecadação progressiva funcionando, câmbio administrável e pequenos negócios protegidos. Se a resposta for não, a Fase 2 deve ser desacelerada e corrigida.

No fim do ano 10, a pergunta é: as mudanças estruturais ganharam base social? Indicadores: reforma agrária em escala com renda, energia e saneamento com controle público maior, escola integral avançando, orçamento participativo funcionando, cogestão implantada, investimento público

acima de 4% do PIB e política industrial gerando exportações de maior valor. Se a economia cresceu, mas serviços não melhoraram, houve captura. Se serviços melhoraram, mas investimento privado produtivo sumiu, a política industrial precisa ser recalibrada.

No fim do ano 15, a pergunta é: as instituições foram democratizadas sem ruptura? Indicadores: Banco Central com mandato dual confiável, STF com reforma aprovada, renda de cidadania integrada, Defesa sob controle civil, polícias em transição, participação popular normalizada e oposição competindo livremente. Se reformas institucionais gerarem instabilidade excessiva, a consolidação constitucional deve esperar.

No fim do ano 20, a pergunta é histórica: o Brasil ficou mais justo, produtivo, democrático e soberano? A resposta deve estar nos dados e no cotidiano. A criança que entrou na creche pública deve ter chegado a uma escola integral decente. O trabalhador informal deve ter previdência e renda mínima. O morador da periferia deve ter UBS, transporte e moradia regular. O pequeno empresário deve ter crédito e demanda. O país deve controlar energia, água, recursos naturais e tecnologia crítica. A democracia deve estar mais participativa, não menos.

15.9 Síntese operacional das 67 medidas

As 67 medidas numeradas ao longo do documento formam uma sequência, não uma lista solta. As medidas M1 a M5 constroem base fiscal, social e constitucional. M6 a M14 definem o modelo produtivo e setorial. M15 a M20 organizam a reforma agrária. M21 a M25 recuperam controle público estratégico. M26 a M32 universalizam políticas sociais. M33 a M38 reorganizam macroeconomia e investimento. M39 a M45 financiam a transição. M46 a M51 reformam a política. M52 a M57 reformam Judiciário, Defesa e segurança. M58 a M61 reduzem medo e dão linguagem pública. M62 a M67 enfrentam mercado financeiro, Congresso, Judiciário, Forças Armadas, mídia e comparação internacional.

O princípio de execução é: primeiro capacidade, depois escala; primeiro entrega, depois plebiscito; primeiro maioria social, depois reforma institucional profunda. Essa ordem não é moderação vazia. É a forma de fazer uma transformação grande sobreviver à realidade brasileira.

16. Referências essenciais e bases institucionais

As fontes abaixo orientam os dados, os exemplos internacionais e a base constitucional. O documento usa estimativas em faixa porque valores fiscais e patrimoniais variam conforme metodologia, ano e desenho legal.

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente artigos 1, 3, 5, 6, 37, 170, 173, 174, 176, 177, 182, 184, 186, 196, 205, 212 e 243. URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Banco Central do Brasil, séries e relatórios sobre reservas internacionais, estatísticas fiscais, política monetária e estabilidade financeira. URL: https://www.bcb.gov.br/
- Banco Central do Brasil e Secretaria de Comunicação Social, explicação pública sobre operações Brasil-China em RMB e preservação do real como moeda oficial. URL: https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2023/04/brasil-nao-vai-substituir-o-real-pelo-ien-como-moeda-oficial/
- Receita Federal do Brasil, Demonstrativo dos Gastos Tributários e estudos de arrecadação. URL: https://www.gov.br/receitafederal/
- Tesouro Nacional, estatísticas fiscais, dívida pública e transparência fiscal. URL: https://www.tesourotransparente.gov.br/
- World Inequality Database, dados comparativos sobre desigualdade de renda e riqueza. URL: https://wid.world/

- Incra, informações oficiais sobre assentamentos, infraestrutura, crédito, assistência técnica e estruturação de projetos de reforma agrária. URL: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos
- Incra, Instrução Normativa nº 150/2025, valores máximos para obras de engenharia em infraestrutura básica de assentamentos. URL: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?captchafield=firstAccess&data=28%2F04%2F2025&jornal=515&pagina=51
- Decreto nº 91.766/1985, I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República e estimativas históricas de custos de implantação e serviços de apoio. URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html
- Universidade Federal de Viçosa, dissertação sobre Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária em Minas Gerais. URL: https://locus.ufv.br/items/7dc82507-f999-46e1-9c98-11873acb884d
- MDA/Nead, Aspectos orçamentários e financeiros da reforma agrária no Brasil 2000-2005. URL: https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos-1/7-aspectos-orcamentarios-e-financeiros-da-reforma-agraria-no-brasil-2000-2005.pdf
- Norges Bank Investment Management, Government Pension Fund Global, regras e informações do fundo soberano norueguês. URL: https://www.nbim.no/
- Governo da Alemanha e legislação alemã de cogestão, incluindo Mitbestimmungsgesetz. URL: https://www.gesetze-im-internet.de/mitbestg/
- OECD, relatórios sobre política industrial, desenvolvimento produtivo, Suécia, Coreia do Sul e tributação comparada. URL: https://www.oecd.org/
- Governo do Canadá, Canada Health Act e princípios de saúde pública. URL: https://www.canada.ca/
- Portal oficial da Suíça, democracia direta, referendos e iniciativas populares. URL: https://www.ch.ch/
- Governo da Suécia, informações sobre Estado de bem-estar, serviços públicos e tributação. URL: https://www.government.se/
- Ministério de Minas e Energia, Política Nacional de Transição Energética e tecnologias de baixo carbono. URL: https://www.gov.br/mme/pt-br/brasil-lider-mundial-na-transicao-energetica/transicao-energetica/politica-nacional-de-transicao-energetica
- Empresa de Pesquisa Energética, Plano Decenal de Expansão de Energia 2034 e manutenção de elevada participação renovável na matriz elétrica. URL: https://www.epe.gov.br/pt/imprensa/noticias/mme-aprova-plano-decenal-de-expansao-de-energia-2034-em-portaria
- Ministério de Minas e Energia, marco legal e agenda de eólicas offshore. URL: https://www.gov.br/mme/pt-br/brasil-lider-mundial-na-transicao-energetica/transicao-energetica/marco-legal-das-eolicas-offshore
- ANP, hidrogênio de baixo carbono e marco regulatório brasileiro. URL: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/hidrogenio
- BRICS Finance Ministers and Central Bank Governors, Joint Statement 2024, pagamentos transfronteiriços, moedas locais e cooperação financeira. URL: https://brics.br/pt-br/documentos/acervo-de-presidencias-anteriores/finance-ministers-central-bank-governors-declarations/2024-brics-fmcbg-joint-statement.pdf/@@download/file
- Conab, Programa de Aquisição de Alimentos e apoio à agricultura familiar. URL: https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/paa

- MST, experiência de arroz agroecológico e cooperativas de assentados no Rio Grande do Sul. URL: https://mst.org.br/2022/03/15/ha-10-anos-o-mst-lidera-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/